

Lugar de pretos:

desigualdades e potências na leitura da raça e do urbano

Desirée Figueiredo Carneiro



Universidade de São Paulo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo
São Carlos, 2021

Lugar de pretos:

desigualdades e potências na leitura da raça e do urbano

DESIRÉE FIGUEIREDO CARNEIRO

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTEGRADO II
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO CARLOS/SP
DEZEMBRO DE 2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC2891 Carneiro, Desirée Figueiredo
Lugar de pretos: desigualdades e potências na
leitura da raça e do urbano / Desirée Figueiredo
Carneiro. -- São Carlos, 2021.
97 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Produção urbana. 2. Raça. 3. Segregação urbana.
4. Movimento Negro . I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE (CAP)

Aline Coelho Sanches
Amanda Saba Ruggiero
Joubert José Lancha
Kelen Almeida Dornelles

COORDENADOR DE GRUPO TEMÁTICO

Joubert José Lancha
Jeferson Cristiano Tavares



Atribuição-SemDerivações-SemDerivados- CC BY-NC-ND

LUGAR DE PRETOS: DESIGUALDADES E POTÊNCIAS NA LEITURA DA RAÇA E DO URBANO

Desirée Figueiredo Carneiro

Trabalho de Graduação Integrado apresentado ao Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da USP – Campus de São Carlos.

Aprovado em: 15/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Camila Moreno de Camargo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP São Carlos

Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Junior
Departamento de Arquitetura Urbanismo e Paisagismo - UNESP Bauru

Prof. Dr. Jeferson Cristiano Tavares
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP São Carlos

Prof. Dr. Joubert José Lancha
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP São Carlos

Gostaria de agradecer a Universidade de São Paulo que enquanto órgão público possibilitou a minha formação no ensino superior. Essa trajetória não seria possível sem o apoio da minha família, meus pais em especial, mas também o suporte dos meus amigos e do meu companheiro. Um obrigado também aos professores, os mestres que nos guiam nas descobertas da arquitetura, da cidade, mas também da vida. Além disso, agradeço o movimento estudantil e movimento negro por me ensinarem o papel social da formação acadêmica.

Resumo

O trabalho investiga a relação entre raça e cidade, buscando compreender como os grupos racializados influenciam e são influenciados pela produção urbana. Assim, o trabalho analisa especialmente a população preta no território da cidade de São Paulo, se desdobrando em uma proposta projetual para o distrito de Perus, região periférica localizada na zona norte da cidade. Assim, é possível destacar dois agentes atuantes na cidade de São Paulo que foram importantes para a elaboração desse estudo, o Estado e o Movimento Negro. A pesquisa almeja investigar a estrutura que possibilita e constrói a cidade em sua enorme desigualdade racial, física e simbólica, assim como a resposta do povo organizado que proporciona não apenas sua sobrevivência, mas propõe outras formas de vida a partir de suas potências. Assim, a segregação racial urbana se apresenta como um aspecto essencial de análise. A pesquisa teórica foi realizada a partir de revisão bibliográfica sobre temas envolvendo a produção do urbano e a racialização de grupos sociais, a revisão documental de leis e relatórios relevantes para o tema, além de entrevistas com participantes de grupos do movimento negro. O estudo analisa a produção da cidade que se relaciona com a população racializada, a partir de ações estatais, e como a inserção urbana desses grupos interferem em suas vivências. Ademais, investiga as categorias de periferia e sujeitos periféricos, especialmente a partir de ações do movimento negro. A partir desses estudos teóricos, foi escolhido o distrito de Perus para a realização de uma proposta projetual que busca o bem estar urbano e abarca forças presentes no lugar e em seus moradores, assim como se coloca a favor da vida em suas mais diversas formas, como a fauna e flora locais. Nesse sentido, são trabalhados fatores ambientais, assim como de mobilidade, de habitação e de comércio, a partir da chave do direito, almejando a construção de um lugar periférico que possa também ser rico em oportunidades.

Palavras-chave: Raça, produção urbana, movimento negro, segregação urbana.

sumário

Introdução	6
Categoria raça	10
Produção da Cidade +raça	16
O Estado	18
A segregação urbana	29
A periferia e o Movimento Negro	34
Entrevistas	43
Conclusões teóricas	50
Leituras urbanas	54
Proposta projetual	70
Referências	94

introdução

O presente trabalho discute a produção da cidade, olhando para a categoria de raça e suas relações com o urbano. Mas ele possui muitas camadas. Ele é fruto de anos de ensino superior cursados longe do meu mar cearense, fruto de vivências suburbanas na capital fortalezense, da militância negra realizada no coletivo negro Elza Soares, mas também da atuação em assessorias técnicas a movimentos sociais. Ele é fruto de uma vivência fragmentada e restringida pela pandemia do Covid-19. Mas ele também é fruto da indignação das matanças em territórios populares, como a chacina do complexo do Salgueiro e a do Jacarezinho, do sofrimento por mortes de Marielles e Luanas. Mas sobretudo ele é fruto dos que vieram antes de mim, da minha família que me proporcionou tantas oportunidades, e da luta histórica do povo preto, que com passos fortes e olhares mirados em mudanças, construíram e constroem oportunidades para os seus.

Dito isso, vamos ao assunto. A questão racial é um dos aspectos fundantes da sociedade brasileira. A população negra, mesmo sendo a maioria dos brasileiros, enfrenta ainda hoje a retirada de inúmeros direitos, como acesso à educação, saúde e habitação. Esse trabalho busca contribuir com a produção acadêmica sobre o urbano, entendendo que a temática racial nunca foi amplamente contemplada, apesar de um recente movimento de produções negras, muito relacionado à inserção desses grupos no ensino superior. Tal lacuna reflete também o afastamento da universidade de grupos sociais, como o movimento negro organizado, que já discute a ligação entre raça e território por muitas décadas, assim como aponta para a escassez de docentes, discentes e autores estudados que tratem de racialização e do urbano, ou mesmo pessoas pretas de forma geral. Ademais, essa discussão torna-se ainda mais relevante no contexto atual de diversas crises, como a sanitária, política, alimentícia, que atingem a população de forma desigual e também da expansão de discussões identitárias, em relação a raça, gênero e questões lgbtqi+.

O trabalho propõe uma investigação sobre a relação entre raça e cidade, buscando compreender como os grupos racializados influenciam e são influenciados pela produção urbana. Assim, o trabalho analisa especialmente a população preta no território da cidade de São Paulo, se desdobrando em uma proposta projetual para o distrito de Perus, região periférica localizada na zona norte da cidade. Entendendo que o espaço urbano materializa uma série de desigualdades, entre elas as

raciais, a intenção desse estudo é trazer a tona dinâmicas, muitas vezes ocultas, para melhor entendê-las e transformá-las.

Assim, é possível destacar dois agentes atuantes na cidade de São Paulo que foram importantes para a elaboração desse estudo, o Estado e o Movimento Negro. A pesquisa almeja investigar a estrutura que possibilita e constrói a cidade em sua enorme desigualdade racial, física e simbólica, assim como a resposta do povo organizado que proporciona não apenas sua sobrevivência, mas propõe outras formas de vida a partir de suas potências.

A partir desses estudos teóricos, foi escolhido o distrito de Perus para a realização de uma proposta projetual que se coloca a favor do bem estar urbano e abarca forças presentes no lugar e em seus moradores, assim como se coloca a favor da vida em suas mais diversas formas, como a fauna e flora locais. O bairro possui uma bonita história de luta e de organização, repleta de elementos históricos, além de sua enorme complexidade espacial. Nesse sentido, trabalha-se uma série de fatores ambientais, assim como de mobilidade, de habitação e de comércio, a partir da chave do direito, almejando a construção de um lugar periférico que possa também ser rico em oportunidades.

Assim, a pesquisa teórica foi realizada a partir de revisão bibliográfica sobre temas envolvendo a produção do urbano e a racialização de grupos sociais, a revisão documental de leis e relatórios relevantes para o tema, além de entrevistas com participantes de grupos do movimento negro. O texto segue a partir de uma breve conceituação da categoria de raça, para então analisar a produção da cidade que se relaciona com a população racializada, a partir de ações estatais, e como a inserção urbana desses grupos interferem em suas vivências. Então, sigo para a periferia e sujeitos periféricos, especialmente a partir de ações do movimento negro. O trabalho parte da seguinte pergunta, **como o grupo de indivíduos racializados são influenciados, mas também influenciam a produção da cidade?**

2

categoria
raça

I. Mbembe (2014) narra três momentos da construção da noção de raça, o primeiro sendo o momento de diáspora forçada e espoliação do povo preto africano; o segundo é quando esses indivíduos têm acesso a escrita e reivindicam para si a noção de sujeito, comportando diversas revoltas como a independência do Haiti; e o terceiro é o momento mais recente, no começo do século XXI, com a globalização dos mercados, lógica neoliberal, economia financeira, complexo militar pós-imperial e tecnologias digital.

Inicialmente gostaria de trazer um parênteses teórico sobre a noção de raça, antes de investigar mais precisamente a sua relação com o urbano. A raça, superada como uma característica biológica, se sustenta enquanto lugar social. Como nos mostra Dos Santos (2012), essa noção possibilita diversas ambiguidades e organizações de categorias, é uma noção fluida, construída historicamente, a qual se reinventa e permite a continuação de uma série de hierarquias.

Nesse sentido, é importante destacar a construção dessa categoria. Assim, ela é consolidada como forma de legitimar as dominações sociais construídas na colonialidade. A ideia de raça, em seu sentido moderno, se constrói com a constituição da América em seu sentido colonial (Quijano, 2005). Como aponta Mbembe (2014), o momento de expropriação e diáspora forçada dos povos africanos para os territórios das colônias, e suas transformações em homem-objeto, foi o primeiro momento¹ de consolidação dessa noção raça, assim como de construção da noção do negro. Essas definições nascem então a partir do branco, construindo o seu outro, que é inferior pela lógica eurocêntrica. Como aponta Mbembe (2014, 144):

O regime da plantação e, mais tarde, o regime colonial instituíram, na realidade, a questão da raça enquanto princípio de exercício de poder, uma regra de sociabilidade e mecanismo de imposição de comportamentos em nome do aumento da rendibilidade económica. As ideias modernas de liberdade, igualdade e até de democracia são, deste ponto de vista, historicamente inseparáveis da realidade da escravatura.

É nesse momento histórico, de braços dados com a colonialidade, que a noção de raça não só hierarquiza a sociedade, colocando brancos em vantagem em relação aos não brancos, como organiza os papéis produtivos dentro do sistema capitalista que se consolida mundialmente com a estrutura ali formada. Essas dinâmicas proporcionam também a urbanização desses territórios latino americanos. A noção de raça busca então naturalizar a dominação imposta. Assim, mesmo não dependentes entre si para existir, raça e divisão do trabalho estão estruturalmente associados.

Nesse contexto, nos territórios da América em colonização, grande parte das relações de trabalho não eram monetarizadas. Os brancos continham a grande parcela dos trabalhos assalariados, enquanto os povos indígenas e os africanos foram condenados à servidão e à escravidão, sendo direcionados a formas de atuação social que não eram passíveis de assalariamento, estrutura que influencia os países mesmo após períodos de independência. Como aponta Quijano (2005,

p.125):

(...) na América Latina em particular, as formas mais estendidas de controle do trabalho são não-salariais, ainda que em benefício global do capital, o que implica que as relações de exploração e de dominação têm caráter colonial. A independência política, desde inícios do século XIX, está acompanhada na maioria dos novos países pelo estancamento e retrocesso do capital e fortalece o caráter colonial da dominação social e política sob Estados formalmente independentes. O eurocentramento do capitalismo colonial/moderno, foi nesse sentido decisivo para o destino diferente do processo da modernidade entre a Europa e o resto do mundo (Quijano, 1988b; 1994).

Todos esses processos são realizados com extrema violência e imposição, não só da organização social e econômica, mas da subjetividade do colonizador, implementando um profundo apagamento histórico, cultural das formas de existir dos povos negros e indígenas, além de atribuir a esses povos uma nova definição racializada, colonial e negativa, na qual sua cultura era primitiva ou anterior as lógicas europeias. Como aponta Mbembe (2014), essa nova definição atribui ao outro racializado um objeto ameaçador, um perigo constante do qual é necessário proteger-se. Essas formas de violência não foram apenas maneiras de gerenciar o presente, mas de organizar os territórios e as relações futuras.

Entretanto, é necessário não limitar a experiência negra ao empobrecimento do significado de si. Em oposição a tais violências esses povos são potências sociais, como fala Mbembe (2014, p.19) em relação ao negro:

[...] o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital. Mas - e esta é a sua manifesta dualidade - , numa reviravolta espectacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no acto de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo.

Nesse contexto é importante destacar o Estado como agente nesses territórios da América Latina. Mesmo depois das independências formais desses países em relação às metrópoles, eles não podem ser considerados nacionais, tampouco democráticos, pois não representam uma unidade social a partir da visão de escravizados e indígenas como o outro. Uma situação aparentemente paradoxal de Estados independentes e sociedades coloniais. Com interesses completamente divergentes, a exploração sofrida pelos povos subalternizados constrói os privilégios dos brancos, esses em controle do Estado. Do ponto de vista dos dominadores, seus interesses estavam muito mais próximos

2. Quijano (2005, p.136) narra quatro trajetórias históricas e linhas ideológicas acerca do problema do Estado-nação:

“1. Um limitado mas real processo de descolonização/democratização através de revoluções radicais como no México e na Bolívia, depois das derrotas do Haiti e de Tupac Amaru. [...] 2. Um limitado mas real processo de homogeneização colonial (racial), como no Cone Sul (Chile, Uruguai, Argentina), por meio de um genocídio massivo da população aborígene. Uma variante dessa linha é a Colômbia, onde a população original foi quase exterminada durante a colônia e substituída pelos negros.

3. Uma sempre frustrada tentativa de homogeneização cultural através do genocídio cultural dos índios, negros e mestiços, como no México, Peru, Equador, Guatemala-América Central e Bolívia.

4.A imposição de uma ideologia de “democracia racial” que mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros, como no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. [...]”

3. Guimarães (2001) aponta o rompimento com a ideia de democracia racial, no contexto de 1964 com o rompimento da democracia brasileira. O autor aponta Florestan Fernandes como pensador que marca o termo de mito da democracia racial.

das elites européias. Os processos de independência na América Latina foram então reorganizações da colonialidade do poder (Quijano, 2005).

Dentro desse contexto, no Brasil, assim como na Colômbia e Venezuela, o mito da democracia racial atua como sequência dessas lógicas coloniais como forma de atenuar ou mascarar os conflitos raciais.² É uma estratégia de esvaziamento da discussão sobre raça, a partir da ideia de que o Brasil, como país miscigenado, tenha superado essa questão. Entretanto, a atuação do racismo contra povos não-brancos se perpetuou, por exemplo, quando as contribuições dos afro-latinos e negros trazidos da África para a consolidação da América sofrem um apagamento severo (Mbembe, 2014).

Como aponta Guimarães (2002, p.241):

[A invisibilidade das questões de raça e gênero] pode também aparecer encarnado na forma pela qual se representa a sociedade brasileira, aludindo a um caráter único, a uma matriz cultural irreduzível, internalizada na consciência coletiva por meio da ideia de que somos uma “democracia racial”. Esse seria um dos cimentos da nossa identidade enquanto nação, um dos nossos mitos fundadores, um dos demarcadores básicos da nossa auto-identificação como brasileiros. Por isto mesmo, seria próprio da nossa forma de ser a diluição das diferenças, tensões, intolerâncias ou discriminações de cunho étnico-racial

Marca essa questão a obra de Gilberto Freyre, Casa grande e Senzala, que cria o que Hasenbalg (1982) chamou de arma ideológica contra o negro. Ao dar ênfase na suposta flexibilidade cultural do colonizador português e no alto grau de mistura racial, e ao construir um elogio ao mulato como a grande figura representativa do Brasil, o autor coloca a idéia de ausência de preconceito e discriminações, de uma sociedade de oportunidades igualitárias para todos.

Tal noção de democracia racial, já apontada academicamente como mito³, construiu um imaginário popular borrado em relação a identidade de raça que dificulta uma organização coletiva e uma consciência racial.⁴ Tal lógica da democracia racial impõe a noção da não existência da problemática do racismo, dificultando que a população produza significados sociais e políticos a respeito de uma série de eventos, ou seja, esvaziando essas vivências da noção de raça. Tal negação dificulta uma resposta organizada dos que mais sofrem das espoliações urbanas, o que apenas as reafirma.

Outro aspecto que gostaria de destacar brevemente é que a questão da raça tem sua importância muitas vezes subjugada nos estudos urbanos em relação a classe. A temática racial é vista como um subproduto das dinâmicas de classe que atuam na sociedade, implicando na percepção que os estudos e o enfrentamento dessas questões

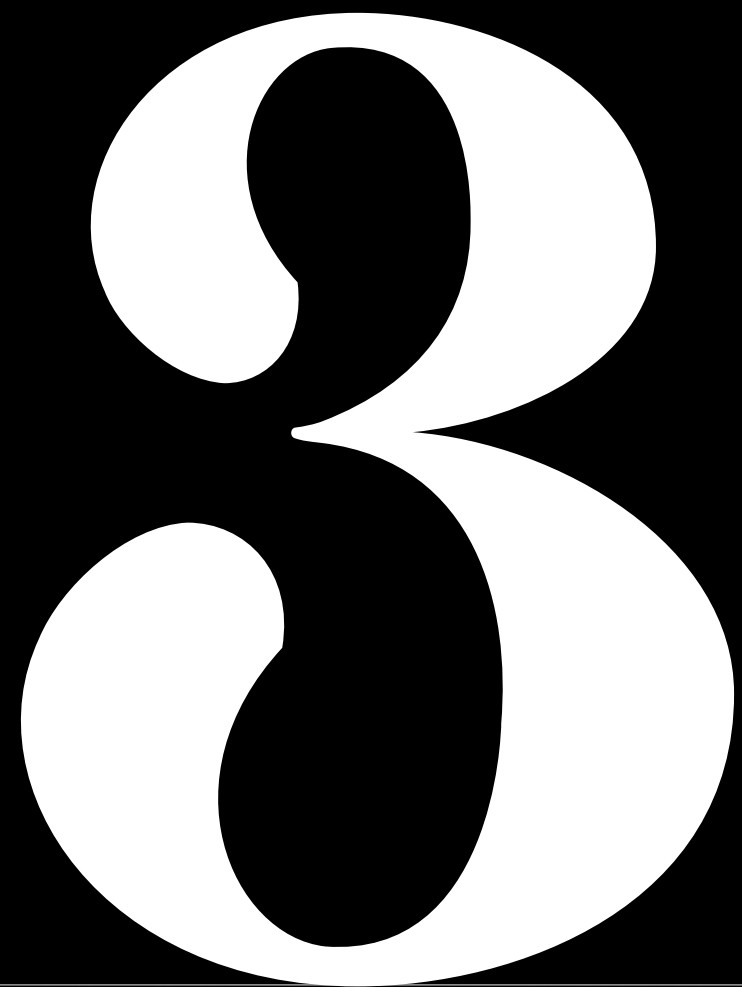
seriam suficientes para superar as desigualdades raciais. Harvey (2016), por exemplo, discute que embora o capitalismo contemporâneo se alimente da racialização e de outras discriminações como gênero, elas não são estruturantes das dinâmicas internas do capital. Entretanto é urgente que se estude as maneiras como essas intersecções entre a racialização e a acumulação de capital interagem, e estruturam um território de enorme desigualdade.

Hasenbalg (1982) já apontava um caráter simplificador da corrente marxista no tocante à raça. Ele destaca que é necessário entender o caráter dual da luta do negro. Eles não são oprimidos pela classe dominante de uma forma geral, mas em especial pela classe branca, o que não configura somente uma luta anticolonialista, mas também antirracista. O preconceito racial está relacionado à competição por posições na estrutura social, narrando uma desigualdade entre grupos específicos, não uma desigualdade social em geral.

Nesse sentido, a pobreza tem sim cor escura no Brasil. Campos (2012) destaca duas questões estruturantes para a pobreza dos negros no país: a primeira é o impedimento a propriedade de terras, sendo essa uma das principais fontes de acesso a acumulação de bens; a segunda é uma inserção tardia no mundo urbano-industrial, provocada pela suposta superioridade do trabalhador branco vindo da Europa. A partir da discussão desse autor, é possível aferir que esse lugar social do negro se construiu em relação ao seu lugar no urbano, tendo nas habitações precarizadas a maior expressão da pobreza.

Assim, a academia ainda tem muito a aprender com as produções negras, por exemplo, quando Angela Davis (2016) nos ensina que os tipos de opressão não devem ser hierarquizados, mas estudados em suas relações. Quando Lélia Gonzalez (2020) busca estudar as questões raciais e de gênero para o nosso território latino americano, já trabalhando as interseccionalidades antes da construção desse conceito. Ou mesmo com as escrituras de Conceição Evaristo, que traz suas vivências enquanto mulher negra para o centro de sua produção intelectual e literária. Seguimos aprendendo e agora passamos para nossa investigação entre a raça e o urbano.

4. É possível observar atualmente um aumento na autoidentificação de pessoas negras, muito ligado a uma série de políticas públicas, como as políticas de ações afirmativas, mas também a expansão da discussão racial no país, que passa por pensadores negros, como Djamil Ribeiro, até produções



**produção da
cidade +raça**

3.1 O Estado

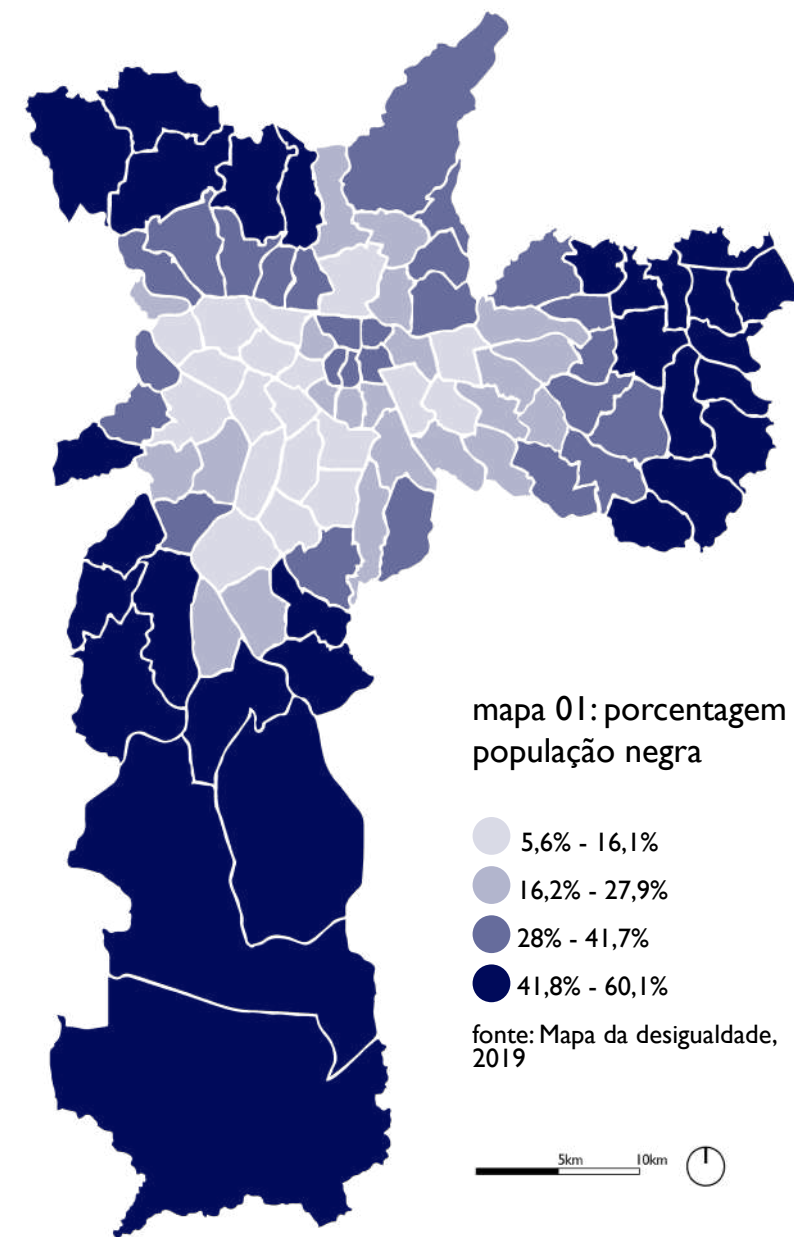
Analisaremos aqui ações do Estado na produção urbana, destacando a sua influência sobre grupos racializados, em especial população preta. Tal leitura passa pelo planejamento urbano brasileiro, em suas diversas fases como os planos de embelezamento e o urbanismo sanitaria, mas extrapola esse campo investigando políticas públicas, entendidas como ações e discursos sobre o urbano que influenciam mais diretamente os grupos de interesse dessa pesquisa ou explicitam as lógicas racializadas sobre as quais operam o Estado. Será analisada em especial a cidade de São Paulo, mas passaremos por dinâmicas que operam em nível nacional.

Assim, é necessário destacar, além da importância do Estado enquanto agente da produção urbana, o caráter estrutural do racismo que faz parte desse órgão social. Extrapolando comportamentos individuais, tal dinâmica é resultado do funcionamento das instituições, nesse exemplo particular, o Estado, que atuam reforçando a subalternidade dos não-brancos, a partir do que Almeida (2016) chama de racismo institucional, ou ainda a branquidade do Estado que Paterniani (2016) se refere.

Além disso, Paterniani (2016) destaca as políticas urbanísticas e a repressão policial como as atuações mais sintomáticas dessa branquidade. A violência policial é a expressão sistemática da visão do corpo negro como uma ameaça, algo que é necessário que se contenha. Antes de ser cidadão, o corpo negro é visto como um perigo. Fanon (1968) fala bem dessa percepção imposta a partir da colonialidade, como essa visão se transmite também para a percepção de alguns territórios encarados como perigosos, vide as chacinas citadas anteriormente. Entretanto, nesse texto buscaremos investigar o aspecto das políticas urbanísticas em nosso local de estudo, São Paulo.

Nesse sentido, há na configuração atual da cidade de São Paulo a evidência histórica de um desenvolvimento urbano ligado à racialização de populações. A relação da população negra com o espaço, intermediada pela ação do Estado e tensionando as noções de ilegalidade e legalidade, se anuncia antes mesmo do período pós abolicionista. O modelo de ocupação territorial do Brasil, baseado na economia de exportação e no latifúndio, atribuiu à propriedade da terra um critério necessário para assegurar o poder de grupos sociais, como Martins (2017, p.10) nos explica: “(...) fórmula simples da coerção laboral do homem livre:

se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha de ser escrava.”. O autor se apoia então na noção de que para que os grandes fazendeiros permanecessem com o domínio do capital, era necessário que a propriedade da terra fosse atribuída a eles, gerando a negação do acesso aos negros que logo se tornariam livres. Tal dinâmica de negação ao acesso à terra para tais populações tem como expressão maior a Lei de Terras¹, de 1850, que busca organizar o regime de propriedade no país, atribuindo à com-



2. Campos (2012, p.86 apud SEYFERTH, 1998, p. 41-58) discute o acesso do negro ao trabalho formal no espaço urbano do séc XX:“A rejeição aos afrodescendentes, muito mais pelo seu corte ideológico, lega ao futuro uma massa de “indivíduos” sem função social no novo modelo urbano-industrial que se desenhava no Brasil e em quase toda América Latina nas primeiras décadas do século XX.”

3. O Coletivo Cartografia Negra, que será discutido mais à frente neste texto, discute na atualidade aspectos da história negra invisibilizados no território central paulistano.

4. Lei n.136, de 08.06.1886.

pra a única forma de acesso à terra, abandonando assim a política de sesmarias. Como a abolição da escravatura não acompanhou nenhuma política de reparação ou inserção social da população liberta, a lei de terras condenou as populações negras à ocupação clandestina da terra, a partir dos critérios do Estado, aspecto que se certa forma perdura até a atualidade.

Segundo Villaça (1999), no período do fim do século XIX até o início do século XX, 1875 - 1930, se dá o primeiro momento do planejamento urbano brasileiro, muito marcado pelos planos de embelezamento influenciados pelo urbanismo estrangeiro, como o plano de Haussmann para Paris, que eram marcados pela forma urbana monumental que destacava a burguesia e, no caso brasileiro, representava, a superação da forma colonial.Além disso, as propostas urbanas desse período eram apresentadas e discutidas abertamente, tamanha era a hegemonia da classe dominante da época. O plano de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro foi um dos maiores exemplos desse período. Esses planos auxiliam também a construção de uma cidade fragmentada, na qual as obras que embelazaram a cidade de “cartão postal”, ocupada pela população “civilizada”, não atingiram as periferias. Tal separação é marcada também por quem ocupa esses territórios, como discute Lima Barreto (Villaça, 1999, apud Resende, 1993) em suas obras literárias: a intenção do Poder Público é dividir a cidade, uma será europeia e a outra indígena.

Dentro desse contexto, o rompimento do modelo de escravidão, em 1888, acarreta o deslocamento da população negra para as áreas urbanas² na busca de emprego, havendo também a importação de mão de obra europeia, associada a lógica de embranquecimento pregada pelas elites. A abolição da escravatura significou para a construção dos espaço urbano, o crescimento populacional, aumento da densidade, e intensa redefinição do território. São Paulo abriga esse fenômeno como eixo econômico na época (Rolnik, 1989).

Nesse momento de transição territorial a população negra se fez presente, por exemplo, na ocupação de quilombos urbanos e rurais. Em São Paulo, o bairro do Bexiga, ilustra essa questão, tendo sido originalmente o quilombo do Saracura. Diversos espaços urbanos foram compreendidos como espaços da ocupação negra, como mercados e locais de irmandade religiosa, até a própria rua se considerarmos o período escravocrata (Rolnik, 1989). Tal caráter histórico da ocupação da população negra nos territórios foi largamente invisibilizado.³

Nesse contexto, o Código de posturas de 1886⁴ buscou orga-

nizar o que viria a ser essa “nova” cidade. Ele cita pela primeira vez o espaço urbano, demarcando esse espaço na legislação, impondo não só a maneira de se construir a infraestrutura urbana, mas quais práticas eram passíveis de ocorrer ali. Nesse momento ele exclui da cidade dita formal diversas práticas negras, como a ação das quituteiras, de pais de santo, além de ocasionar a transferência de mercados. Como aponta Rolnik (97, p.61):“(…) a legalidade urbana foi construída a partir de um padrão único e supostamente universal, que genericamente correspondia ao modo de vida das elites paulistanas no momento em que os instrumentos legais foram propostos.” Assim, a legislação criava espaços onde essas práticas poderiam acontecer, áreas suburbanas sem a ordem do Estado, um lugar de obscuridade para esse agente.

O Código Sanitário de 1894⁵ apenas reforçou essa lógica já anunciada. A normativa reiterou a construção urbana da ilegalidade quando, por exemplo, proibia a construção de cortiços e permitia que as vilas operárias higiênicas fossem construídas fora da aglomeração urbana. O posicionamento rígido na criação desse modelo urbano não levou em consideração a configuração existente, nem grupos sociais que ali residiam, questão ilustrada pelos inúmeros cortiços condenados nessa época.

Tal processo de “limpeza” do território que hoje é lido enquanto centro velho é legitimado também por uma série de reformas dos planos de melhoramento da capital, nos governos de Antônio Prado. Conhecido como prefeito que apagou a taipa, atuou de 1899 a 1911, e teve sua gestão marcada pela primeira onda de modernização da cidade de São Paulo⁶. Tais reformas reforçam o espaço central da formalidade, da legalidade, no qual não cabiam algumas práticas e formas de viver. Nascimento (2019) ilustra o instrumento da desapropriação, um dos mais utilizados nesse processo, a partir do caso na região da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, hoje localizada no Largo do Paissandu, mas originalmente construída no Largo do Rosário. A autora aponta que o local extrapolava a noção religiosa, sendo importante para moradia e cultura da comunidade negra, e que passou por uma desapropriação em nome da modernização da cidade.

Assim, a corrente higienismo/sanitarismo se apresenta nesse momento como aspecto importante para pensar a cidade. Ademais, já nas primeiras ações de policiamento e medicalização do espaço urbano e da habitação proletária, é possível observar a relação do discurso sanitaria com as questões da moral, familiar, costumes, sexualidade, entre outros, como nas legislações apresentadas acima (Lira, 1999). Cam-

5. Decreto nº 233, de 02/03/1894.

6. Do Nascimento (2019, p.10) destaca como atuação de Antônio Prado:“ a reforma do Vale do Anhangabaú com a criação do jardim e a construção do Teatro Municipal; a edificação de um novo Viaduto do Chá para acomodação de novos bairros de elite nos Campos Elíseos; os investimentos em reforma na estação e Jardim da Luz e a reurbanização do Parque D. Pedro II. Prado reformou a cidade, de modo que cada vez menos se reconhecesse a cidade de Taipa; agora ela era a cidade de Tijolo, a nova Paris, a “cidade dos italianos”.

7.Acredito que nesse trecho o autor se refira ao mito da democracia racial, discutido anteriormente, mas que consiste na leitura equivocada de que os desafios raciais no Brasil teriam sido superados pela mestiçagem.

8. Villaça (1999) subdivide esse período nas seguintes etapas: Urbanismo e Plano Diretor (1930-1965), Superplanos (1965-1971) e o “Plano sem Mapa” (1971-1992). Nesse texto não nos aprofundaremos nessas subdivisões.

pos (2006) aponta que mesmo que já existissem antiormente negros e camadas mais pobres em áreas segregadas da cidade esse aspecto foi reforçado com a expulsão de populações das áreas centrais, o que ratificou sua invisibilidade no urbano e, assim, sua subalternização.

Assim, como menciona Lira (1999, p.51), as abordagens sanitárias e urbanísticas da cidade, traziam também o discurso da raça e da cultura, na busca da cidade asséptica, civilizada, e racialmente higienizada, como explica o autor:

Não por acaso, engenheiros, arquitetos e médicos higienistas não deixarão de pontuar o papel eugênico de suas ações urbanas, ora manipulando explicitamente o vocabulário da raça, ora atualizando em propostas de limpeza urbana, tratamento de morros e alagados e definição, entre bairros nobres arianizados e bairros-jardins operários, de cordões verdes, parkways e parques urbanos, atualizando, repito, aquilo que os cientistas sociais e críticos da cultura até hoje não cessam de perguntar a respeito do Brasil. Como se formulam as diferenças nesta sociedade em que a brutalidade lançada contra a enorme fração dos não-brancos é reiteradamente jogada na ambigüidade, suavizada e apagada na imagem de um povo que, sem cor nem raça⁷, aparece sempre como constituído de desiguais econômicos e sociais, pobres e ricos, famintos e esbanjadores, povão e elites, pivetes e mauricinhos.

Inicia-se na década de 1930, até 1990, o segundo período do planejamento urbano brasileiro⁸, marcado pela noção da técnica e da base científica presentes no planejamento, que deveriam ser utilizados para solucionar problemas urbanos. Difunde-se a noção de que os problemas urbanos derivam de seu crescimento caótico, e que um planejamento urbano integrado é o instrumento essencial para tal correção. Como aponta Villaça (1999, p.183):“Tais idéias visam ocultar as verdadeiras origens daqueles problemas, assim como o fracasso daquelas classes e do Estado em resolvê-los. Com isso a dominação é facilitada.”

Nesse contexto, o declínio dos planos de embelezamento abrem espaço para outros formatos do planejamento urbano, o plano diretor e o urbanismo multidisciplinares. Destacam-se então alguns aspectos urbanos a partir de pressões sofridas por setores privados, como o imobiliário, do sistema viário e de transportes.Assim, crescem as obras que atendem a esses interesses, principalmente focadas no transporte individual, como túneis, viadutos, avenidas, etc. (Villaça, 1999). Cada vez mais torna-se claro que o objetivo não é solucionar os problemas sociais urbanos, como aponta o autor:

Cada vez mais os planos passam a ser discurso apenas, pois a classe dominante não tem propostas para resolver os problemas e se agravam. Os dilemas e os interesses a serem ocultados pelos novos planos estão claros. Não há como anunciar obras de interesse popular, pois estas não serão feitas, e não há como anunciar as obras que serão feitas, porque estas não são de interesse popular (Villaça, 1999, p.204).

Em São Paulo, o plano de avenidas de Preste Maia marca esse período. Mesmo com resquícios da noção de embelezamento do período anterior, o plano trata fortemente de infraestrutura, principalmente do sistema viário, mas também do saneamento. É importante também destacar que esse plano se desenvolve especialmente nas áreas centrais da cidade, aspecto relacionado também às oportunidades imobiliárias geradas pelas reformas urbanas (Villaça, 1999).

Assim, a cidade de São Paulo tem uma série de fenômenos desenhada a partir da década de 30, com um movimento de periferização das cidades, abrindo espaço para a expansão urbana, marcada por abertura de loteamentos e autoconstrução.A agressividade desses processos é apontada por Rolnik (97, p.66):

O ataque era simultaneamente real e imaginário; como em toda operação urbanística, tratava-se de associar um conjunto de intervenções físicas a uma rede de significados culturais e políticos. No caso específico de São Paulo, importava politicamente aos novos dirigentes da nação - banqueiros, industriais, comerciantes e cafeicultores - inscrevem-se como classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transformá-lo em fonte de lucro nos novos termos definidos pela economia urbana. Isso se deu por meio de reformas urbanas que, como veremos, deslocaram territórios negros e bloquearam seus circuitos, bem como através de ampla desqualificação e estigmatização desse território, em nome da luta contra a promiscuidade.

Ademais, é necessário destacar também o caráter ideológico presente na produção desses planos, que a fala de Rolnik já anuncia, e que reflete também a atuação da classe dominante na instituição do Estado.Villaça (1999) destaca algumas falas realizadas na década de 30 que explicitam essa questão:

Embora em 1930 o Brasil fosse outro, a facção urbana da classe dominante brasileira ainda exprimia [estigmas] sobre os problemas urbanos, habitação especialmente, [...] [que eram] manifestados cinqüenta anos antes [...]. Como exemplos, tomem-se as ideias defendidas por **Agache** na sua terceira conferência no Rio de Janeiro: "As cidades-jardim são pequenas aglomerações satélites criadas perto de grandes centros urbanos. Possuem, como indica o nome, muitos jardins públicos e particulares e sua organização é estudada sob o ponto de vista social formando uma entidade completa". Incidentalmente, nota-se a concepção de que até a organização social da cidade poderia ser fruto da ciência e de um plano. Prossegue então, num paralelo com nossa realidade:“**A favela também é uma espécie de cidade satélite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta porém ele uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de hygiene**” (Agache, 1930. p. 19). Ou ainda o que disse, em 1937, **Salgado Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas**, referindo-se também aos favelados:

Mas será obra social atender-se a esses habitantes das “favelas” do Distrito Federal, que não são, a rigor, operários? [...] Todos os indivíduos que ocupam essas “favelas”, essas casas, já denominadas de cachorro, não são trabalhadores que

9. Koury e Oliveira (2021) destacam brevemente as raízes do movimento da reforma urbana, muito ligado às discussões de reforma de base que se deram no país na década de 60: “O capítulo sobre a política urbana na Constituição Federal de 1988 e posteriormente o Estatuto da cidade foram interpretados pela maioria dos autores como a evolução histórica da agenda da Reforma Urbana, incluída no debate político nacional com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado em 1963 (Bassul, 2002; Quinto Jr, 2003; Bonduki & Koury, 2010; Bonduki, 2018). Foi nessa época, durante o governo de João Goulart, que os arquitetos introduziram a questão urbana nas amplas discussões sobre as reformas de base. Um dos resultados do Seminário de 1963 foi a sugestão de instrumentos constitucionais para restringir o direito de propriedade privada do solo urbano.”

10. Rolnik (2021, p.291) nos ajuda a compreender a complexidade desse processo: “Se a força de um movimento social pressionou para inserir uma agenda urbana na Constituinte de 1988, no Congresso Constituinte prevaleceu a tradição tecnocrática do planejamento que articulava a ideia de planejamento como ordenamento racional e modernizador do espaço com a economia política das cidades, centrada na lógica da produção imobiliária e da produção de grandes infraestruturas. Isso

vivem de um trabalho honesto [...] Pergunto à Câmara: será obra social fazer-se uma edificação para esses vadios? [BMT]C. 1937a. pp. 229-230, apud Bonduki. 1994. p. 180]. Essas palavras revelam os conteúdos ideológicos dos planos enquanto versão apresentada pela classe dominante para os problemas urbanos. Com tais idéias, fica claro que os planos não seriam elaborados para ser executados nem para resolver os grandes problemas das massas populares urbanas. Sem dúvida eram elaborados para atender aos interesses dominantes urbanos, mas isso passaria a ser cada vez mais difícil de ser divulgado oficialmente através de planos (Villaça, 1999 p.203, grifo nosso).

O terceiro período do planejamento urbano inicia-se na década de 90 e é marcado pela reação ao período anterior, como a recusa do diagnóstico técnico como solução universal aos problemas sociais, assim como a politização de grupos sociais, muito marcante do período de redemocratização pós ditadura militar. Cabe destacar o Movimento Nacional pela Reforma Urbana⁹ (MNRU) que no fim da década de 80 articulava uma série de instituições civis e lutava pelo direito à cidade em diversos aspectos, como direito à habitação. O MNRU é o maior símbolo desse movimento pelo direito à cidade. De abrangência nacional, o MNRU contou com a participação de profissionais técnicos, como arquitetos, engenheiros e advogados, assim como a presença de movimentos sociais urbanos e setores ligados à igreja. O produto dessa movimentação foi uma emenda popular incorporada no processo da constituinte¹⁰. A emenda não apresentou grandes inovações em relação aos instrumentos urbanísticos já existentes no país, mas avançou em relação à representação popular, principalmente na gestão democrática da cidade e nas reivindicações dos movimentos populares urbanos (Koury, Oliveira, 2021). É importante destacar o papel que ganham os governos municipais na gestão do território.

A institucionalização da política urbana, que primeiramente se apresentou pela Constituição de 1988, posteriormente se dá com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, o qual “procurou garantir a gestão democrática das cidades e, com isso, universalizar o acesso a condições básicas de moradia e serviços urbanos como saneamento, transporte, educação e saúde, com o objetivo de atender principalmente a população trabalhadora, pobre e urbanizada em condição precária nos grandes centros urbanos” (Koury, Oliveira, 2021). Essencial destacar a implementação dos Planos Diretores, a partir do Estatuto da Cidade, que são atualmente os instrumentos mais importantes no planejamento e gestão urbana.

Entretanto, mesmo que esse movimento tenha olhado para as periferias e favelas, locais de maior ocupação da população preta, e

contado com a participação dessas populações a partir dos movimentos sociais e das propostas de ações participativas, como orçamento participativo, é possível destacar suas limitações a partir de uma leitura feita hoje, vinte anos após a implementação do Estatuto da Cidade. Mesmo que se pautasse a superação da tradição do planejamento urbano, o processo de formulação desses instrumentos contou com forte resistência tecnocrática-imobiliária, resistência também na noção de defesa irrestrita da propriedade em detrimento a outros direitos. É essencial também contextualizar a forte influência que o Brasil sofre do urbanismo neoliberal a partir dos anos 1990. Assim, o Estatuto da cidade e o plano diretor tentaram inserir ferramentas de redistribuição e inclusão dentro de formatos e dinâmicas que almejam, na verdade, a extração de renda do território. Tais formatos reforçam as desigualdades territoriais (Rolnik, 2021).

Os instrumentos do plano diretor se apresentam então como ferramentas de disputa do território, ora servindo a lógica neoliberal, como Operações Urbanas que foram justificativa de remoções e insegurança de posse de populações, promovendo novamente a dinâmica de expulsão já destacada nesse texto, ora servindo como âncora para movimentos populares organizados, como o instrumento de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que muitas vezes garantiu os direitos dessas populações (Rolnik, 2021).

Outras produções de extrema importância foram realizadas nos anos 2000 como a Política Nacional de Habitação (2004), Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2009), Estatuto da Igualdade Racial (2010), as quais trazem a necessidade de promoção de oportunidades a partir do critério de raça, dentro de um contexto de luta do movimento negro. Tais manifestações oficiais do Estado pautam também a questão urbana, discutindo, por exemplo, a dimensão habitacional. Entretanto, na execução de políticas públicas, não houve a efetivação dessas diretrizes, desconsiderando a raça como elemento espacial importante. Arrisco dizer que a não implementação dessas pautas dialogam com os mesmos obstáculos enfrentados pelo estatuto da cidade e plano diretor, os quais se recusam a lidar com a cidade a partir da chave do direito.

Dentro desse contexto de negligência ou apropriação de instrumentos dessas legislações que almejam o direito à cidade, urge a necessidade de pesquisas mais aprofundadas a respeito das dinâmicas que efetivamente constroem a relação da cidade com os grupos urbanos racializados. Como destaca Villaça¹¹ (1999, p.232):

significa que a técnica do planejamento, a linguagem do planejamento, seu repertório, é muito estruturada a partir dos produtos de um pensamento sobre o território colonialista, definido a partir de cânones europeus e essencial para expandir suas táticas de controle e governamentalidade, e pela indústria imobiliária, pelo complexo imobiliário-financeiro: incorporadoras e empreiteiras envolvidas na produção “oficial” do espaço construído”

11. O apontamento do autor trata sobretudo dos anos 90, mesmo antes da aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, entretanto entendi que a reflexão era importante para a discussão aqui levantada.

12. Harvey (2016) explica que “Os valores de uso são infinitamente variados (até para um mesmo item), enquanto o valor de troca (sob condições normais) é uniforme e qualitativamente idêntico (um dólar é um dólar, e mesmo é um euro, este tem um valor de troca conhecido em relação ao dólar).” p.28
O valor de uso, usando o exemplo da terra, são então as diversas possibilidades de utilização daquele espaço, como moradia, produção agrícola, manifestação religiosa, enquanto o valor de troca seria sua dimensão econômica, a relação dessa terra no mercado.

13. Dados de 2015, adquiridos a partir do observatório das remoções. Não foi possível acessar uma série histórica ou a caracterização de raça dos reassentados.

[...] As políticas públicas reais nas esferas imobiliária e fundiária não passavam por planos diretores, mas vinham-se manifestando principalmente pelas políticas habitacionais e da legislação urbanística - especialmente as de loteamentos e zoneamento; essa legislação é seguida nos bairros mais ricos ele nossas cidades, mas no restante coloca a maioria na clandestinidade. Foi essa ação concreta do Estado - que não aparece nos planos diretores - que produziu e continua produzindo e reproduzindo a cisão de nossas cidades (aquela já denunciada há décadas por Lima Barreto) em duas: ele um lado, a legal, equipada e moderna, e, de outro, a clandestina, miserável e atrasada.

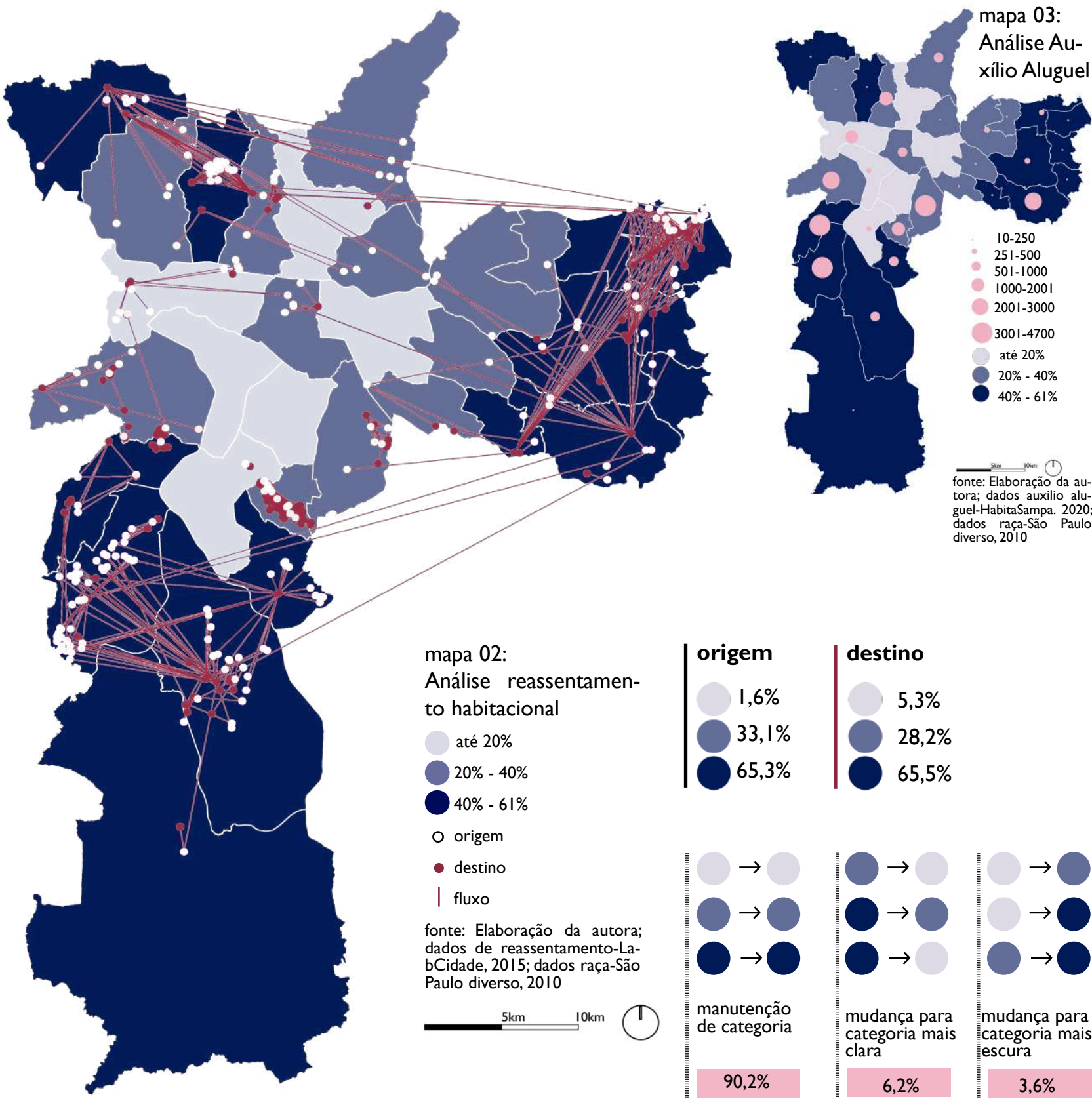
A partir desse contexto, foi investigado a categoria de demanda habitacional fechada, ou demanda por reassentamento da prefeitura municipal de São Paulo. A análise desse dado é colocada aqui com uma pista a ser desenvolvida em trabalhos futuros, ilustrando também dinâmicas de não acesso a áreas centrais que já foram apresentadas neste texto.

Assim, tal demanda se refere a famílias removidas de suas moradias pelo Estado, por razões como urbanização de favelas e operações urbanas, e que são direcionadas para uma nova moradia pelo Estado. É necessário destacar que há uma denúncia recorrente em processos de remoção de que o reassentamento não é assegurado.

Nesse contexto, a promoção da propriedade privada pelo Estado, no formato dos conjuntos habitacionais de interesse social, é a resposta institucional para essas remoções, quando as famílias possuem o direito a nova moradia efetivada. Para uma parcela, a medida provisória do auxílio aluguel, no valor de R\$400,00 mensais atualmente, se estende por vários anos e em outros casos as famílias nem tem acesso a essas medidas.

Nesse contexto, a construção desses conjuntos habitacionais muitas vezes reforçam os padrões de segregação da cidade já consolidada. A política pública não atua como forma de reverter ou amenizar as desigualdades expostas no espaço urbano, mas funciona em muitos momentos a partir da lógica do mercado e trabalha essa provisão habitacional considerando a casa em seu valor de troca¹², ou seja, tratando-a como uma mercadoria.

Os reassentamentos da cidade de São Paulo ilustram essa discussão. A partir do mapa 02 - análise reassentamento habitacional¹³ é possível observar a produção dessas habitações majoritariamente de forma periférica, não ocupando as privilegiadas áreas centrais. Os dados também reforçam a maior homogeneidade racial vista nas áreas centrais, como aponta França (2017), por conta da pouca inserção dos moradores de habitações de interesse social vindo de áreas predomi-



nantemente negras. Ademais, foram selecionados também dados a respeito da provisão do auxílio aluguel, que mostram uma pequena parcela de ocupação de áreas majoritariamente brancas.

Tais dados apontam a urgência da efetivação de diretrizes em políticas públicas que buscam promover o acesso a direitos a populações racializadas, já presentes, por exemplo, no Estatuto da Igualdade Racial. A desconsideração do aspecto de raça na construção de políticas pode levar, como foi apontado nos mapas, a reafirmação da lógica desigual hegemônica.

3.2 A segregação urbana

Os processos históricos destacados ao longo desse texto contribuíram e contribuem para a inserção do negro no espaço urbano paulistano. Eles historicizam a segregação racial existente, mostrando a produção das áreas mais periféricas da cidade de São Paulo em conjunto com o desenvolvimento das áreas centrais. Como nos aponta Villaça (2011), o espaço urbano é produto do trabalho humano. Nos debruçaremos um pouco mais no fenômeno da segregação, investigando o que ele significa para as populações da cidade, a partir de uma leitura racial.

Primeiramente, é necessário destacar que a segregação é uma questão relacional, ela só existe à medida que outro grupo se segrega ou é segregado. Esse processo versa sobretudo sobre uma homogeneidade social interna entre as regiões¹⁴, e que deve ser entendida não apenas em termos de diferença, mas de hierarquização (França, 2017). Ela imprime no território as enormes desigualdades sociais, construindo, para além das distâncias, um grande desnível entre as regiões da cidade, associada também a processos de dominação social. Villaça (2011) nos explica como o controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua no espaço urbano, diretamente ligado com a distribuição das populações e seus locais de trabalho, lazer, etc. Segundo o autor, a atuação no espaço é o meio de atuar sobre o tempo¹⁵ (Villaça, 2011). Gostaria de destacar também que a forma clássica de segregação, círculos concêntricos com os mais ricos no centro e os mais pobres nas periferias não é suficiente para explicar a complexidade desse fenômeno (Villaça, 2011), sendo possível destacar nuances como bolsões de pobreza em áreas nobres, altas classes nos enclaves fortificados dos condomínios, diversidade social em áreas periféricas, etc (França, 2017).

Dito isso, destaco aqui que São Paulo possui uma região mais privilegiada, que, como Villaça (2011), chamarei de Quadrante Sudoeste, o mesmo que englobou grande parte dos projetos urbanos efetivados dos processos de planejamento narrados anteriormente. Tal quadrante é privilegiado então por diversos aspectos, como o sistema de transportes, localização de aparelhos do Estado, pela dinâmica imobiliária, até pelo clima, por conta de maiores índices de arborização e parques. Está muito centrado nesse quadrante o imaginário do que se entende que é a cidade (Villaça, 2011), sendo na realidade a parcela mais embranquecida do todo. Digo isso porque mesmo que as classes mais

14. Recupero aqui a discussão de Villaça (2011), que destaca a importância de investigar a segregação a partir de regiões, não de bairros, para entender com mais amplitude os processos urbanos.

15. Gostaria de destacar que Villaça (2011) não discute a dimensão racial da segregação, mas acredito que sua contribuição acrescenta nessa discussão, utilizando também a discussão que Dos Santos (2012 apud Grosfoguel, 2010) recupera, de que o capitalismo, apoiado na colonialidade, se constrói a partir de um conjunto de relações de dominação e exploração, entre elas, classe, raça e gênero.

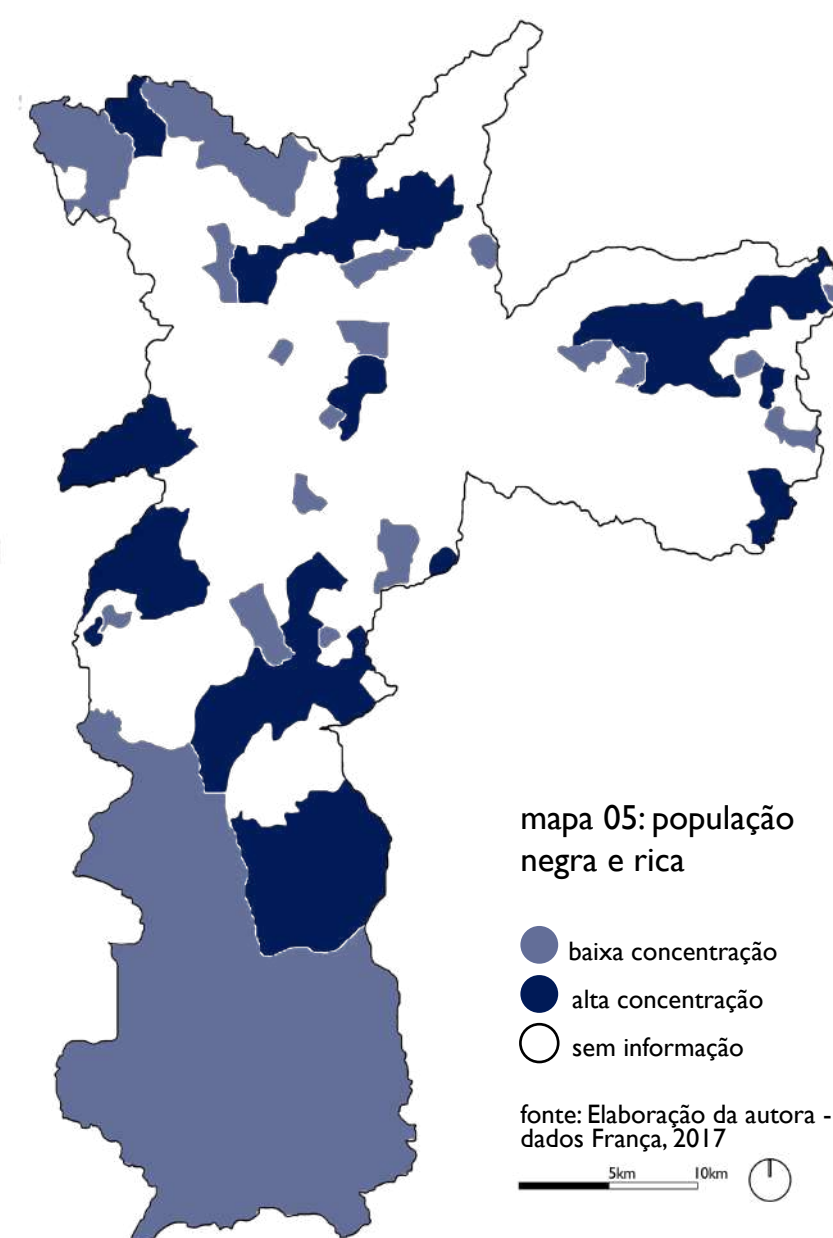
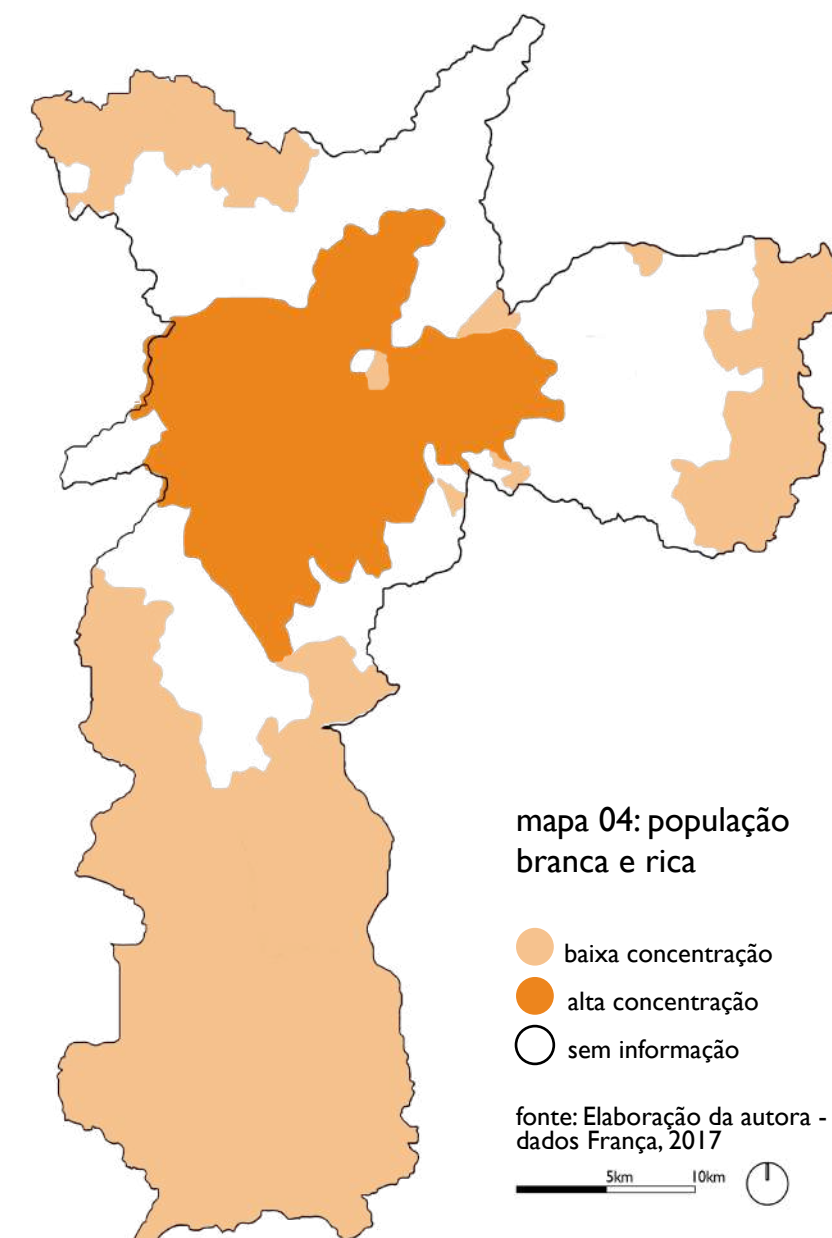
16. Squires e Kubrin (2005) narram que a relação entre espaço, raça e privilégio são moldados por três forças sociais dominantes: expansão urbana, pobreza concentrada e segregação. Dos Santos (2012), apontando mais diretamente para a realidade brasileira, também relaciona essas mesmas forças e acrescenta a metropolização nos aspectos que ditam a conformação urbana atual. Tais questões são majoritariamente subordinadas a decisões de políticas públicas e práticas de influentes agentes de instituições privadas.

pobres sejam compostas majoritariamente por negros e as mais ricas majoritariamente por brancos, os brancos pobres estão mais próximos das camadas mais altas que negros ricos, ou seja, mesmo que nos espaços do quadrante sudoeste haja uma forte predominância de brancos ricos, a porcentagem de brancos de camadas mais pobre, ultrapassa o total de negros de quaisquer camadas. É possível afirmar então que são áreas majoritariamente brancas (França, 2017).

Assim, a cidade materializa as relações sociais constituídas por meio do racismo¹⁶. Os padrões de segregação socioespaciais reverberam e mantém a sociedade desigual, e tem na raça um de seus elementos essenciais de hierarquização. As diferentes configurações espaciais afirmam as subjetividades e as diferentes oportunidades acessadas pelos grupos sociais distintos. Tal padrão de segregação racializado influencia a qualidade de vida da população, a partir de questões como acesso a habitação de qualidade, vizinhanças seguras, bons equipamentos de educação e saúde, oportunidade de emprego, entre outras questões largamente influenciadas pelo local de moradia. Assim, o lugar e a raça se caracterizam como uma estrutura de oportunidades em áreas metropolitanas, sendo elementos essenciais na busca pelo bem estar urbano (Squires; Kubrin, 2005). Além disso, o local de residência pode gerar avaliações de prestígio as quais interferem no destino e nas possibilidades de realização pessoal, o local cultiva estilos de vida e círculos de sociabilidade (França, 2017).

A partir desse contexto, gostaria de destacar os aspectos da segregação dos empregos, da ligação com redes pessoais e do racismo ambiental. Primeiramente destacaremos, a partir da discussão de Villaça (2011) a localização dos empregos terciários, os quais significam também um local de atendimento à população. Mesmo que esse tipo de emprego seja bastante distribuído pelo espaço urbano, em centralidades locais de comércio e serviço, ou ainda centro da região metropolitana, o quadrante sudoeste ainda abarca a maior concentração desse acesso, como nos aponta o autor:

No Quadrante Sudoeste de São Paulo, concentram-se não apenas os locais de emprego dos mais ricos, mas também seu comércio (seus shoppings), suas escolas elementares e secundárias, as escolas de judô ou natação (que frequentemente exigem também o deslocamento da mãe), os salões de beleza, os hospitais, os parques, os pet-shops, as choperias e áreas de diversão (Vila Madalena ou Moema), os médicos, as academias de ginástica, os dentistas... até suas igrejas e cemitérios! Enfim, toda uma infinidade de serviços prestados aos mais ricos. Assim, os mais ricos minimizam os tempos de deslocamento para os locais de diversão, lazer, compras e serviços de todos os membros da família (Villaça, 2011, p.51).



17. Pegó emprestado de Butler (2019) a noção de corpo abjeto, que utiliza essa noção como chave de leitura de genero e sexo. A autora nos explica: “[...] Desse modo, essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que não são sujeitos, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-visíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito” (Butler, 2019, p.18).

Assim, as redes pessoais e locais frequentados se apresentam como aspecto importante também a ser analisado. O trabalho de França (2017) destaca alguns análises importantes, como o fato que a rede pessoal dos negros é composta majoritariamente por parentes, então mesmo que ele habite uma região da cidade, os locais de moradia da família são também pontos importantes de circulação. A pesquisa aponta ainda uma maior homogeneidade racial nas redes pessoais dos brancos que dos negros, sugerindo mais circulação por outros territórios. Outro aspecto também seria o “espalhamento” das redes dos homens, enquanto as redes de mulheres são mais contidas no espaço. Ademais, nos estudos do autor surgem outros temas da dinâmica urbana relevantes para habitação e circulação, como insegurança por ação da polícia e ajuda mútua entre moradores, além das questões materiais como acesso a comércio, emprego e áreas de lazer como parques. Dessa forma, o autor aponta que a segregação física e social de negros, permanece mesmo quando pertencem a mesma classe sociais dos brancos.

Outro aspecto que aponta o racismo no espaço físico é o chamado racismo ambiental. Resultado das dinâmicas que conformam o espaço desigual, como aspectos habitacionais ou de zoneamento urbano, essa questão aponta a maior vulnerabilidade da população não branca a ameaças ambientais, como poluição do ar, locais de descarte de lixo, por exemplo. Não só essa população é sujeita aos riscos, como não partilha de maneira igualitária do acesso a locais com benefícios ambientais, como parques, espaços verdes e alimentação natural, aspecto ilustrado pelo clima mais ameno no quadrante sudoeste em São Paulo. A falta de voz política e o enfraquecimento de órgãos ambientais de regulação podem ser apontados como fatores que corroboram com esse cenário (Bullard, 1993; 2020).

Todos os processos narrados aqui fragmentam o espaço urbano em sua dimensão física, mas também simbólica. Como Villaça (2011) aponta, determina o que é compreendido enquanto cidade, mas também quem pode viver e circular por tal espaço, gerando corpos pertencentes e corpos abjetos¹⁷, que devem ser afastados, noção que se confunde também com os territórios ocupados por esses corpos. Fanon (1968) trata essa dinâmica da cidade rachada, marcada pela racionalidade, que foi já mencionada neste texto pela fala de Lima Barreto, a partir da lógica da colonialidade, destacando que o limite entre esses espaços na cidade colonial é marcado pela presença de quarteis e delegacias de polícias. Esses limites até hoje legitimam a força policial excessiva e genocídio do povo preto em territórios periféricos. O autor

nos explica:

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. Os pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto que as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiras. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a média, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada.

É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. [...]

Assim, tal dicotomia¹⁸ historicamente construída no espaço urbano, que Fanon já anunciava, permanece com lógicas muito próximas, nas quais a formalidade, entre outros critérios, se coloca enquanto estratégia de diferenciação entre a cidade e a periferia, mas também entre corpos brancos e pretos. Cunha (2020) chama atenção para a estigmatização existente sobre os territórios periféricos. Gostaria agora que reposicionar o nosso olhar, centralizando-o nas áreas periféricas, e tratando a população preta enquanto agente do território, em especial a partir do movimento negro.

18. Cunha (2019, p.77) trata também dessa dicotomia: “A dicotomia urbana estabeleceu uma rígida demarcação urbana entre a cidade, considerada institucionalmente como formal, e a periferia, também referida pelas instituições como informal; entre o urbano citadino eurodescendente e o urbano periférico afrodescendente. Precisamos atentar para o caráter ideológico da ideia de periferia. Construiu-se um significado de conotação negativa em torno da periferia. Estabelecem os conceitos e as realidades de mocambos, arrabaldes, favelas, alagados, palafitas e outras denominações como sinônimas de áreas de maioria afrodescendentes. A dinâmica imposta a essas áreas urbanas de maioria afrodescendente é produtora da persistência de pobreza em parcela significativa da população afrodescendente. A população de periferia foi alimentada pelos fluxos migratórios devidos aos êxodos rurais. O racismo antinegro, como forma de controle social dos afrodescendentes, é construído em parte através das relações de ocupação do solo e do território urbano.”

4

A periferia e o Movimento Negro

4.1 Periferia em ação

Discutimos até aqui a construção histórica da segregação de grupos sociais e raciais em áreas periféricas, a partir das ações do Estado, e como essa dicotomia expropria esses sujeitos de uma série de direitos, em boa parte corpos negros. Gostaria então de discutir esses espaços e esses sujeitos. Primeiramente destaco que não tenho intenção de apontar uma definição que abranja todas as vivências. As periferias são diversas e complexas, assim como a negritude. Meu objetivo maior é investigar os pontos em comum que aproximam esses territórios, e estratégias que o povo preto utiliza para atuar sobre eles. Destaco aqui uma definição geográfica da periferia, no mapa 06 - Padrões Territoriais, de maneira ilustrativa. Acredito que o conceito de bairro negro, do qual trata Cunha (2019), possa nos ajudar a investigar esses territórios periféricos, como nos explica o autor:

[...] Os bairros são lugares da história, fruto de relações sociais, culturais, econômicas, políticas, vistas não de forma dicotômicas e separadas de disciplinas sociais, mas analisadas em conjunto de forma de sinergia dos efeitos sociais (Videira, 2008; Souza, 2009). **O conceito de bairro negro é produzido associado à percepção da existência de identidades sociais construídas pela história.** Os conceitos de africanidade e afrodescendência co- laboram na compreensão da especificidade dos bairros negros (Cunha Junior, 2007a;Videira, 2008; Souza, 2009). Da africanidade vem a origem dos conhecimentos e modos de vida africanos que se transformam na realidade histórica brasileira, e continuam se transformando, sob as pressões dos sistemas de dominação, produzindo a afrodescendência.As populações negras se instalam em localidades ao longo da história sempre imbricadas em situações de vulnerabilidade social impostas pelos grupos dominantes (Cunha, 2019, p.67 - 68, grifo da autora).

O autor ainda traz alguns elementos determinantes para as formas urbanas negras, as quais dialogam com os processos discutidos anteriormente:

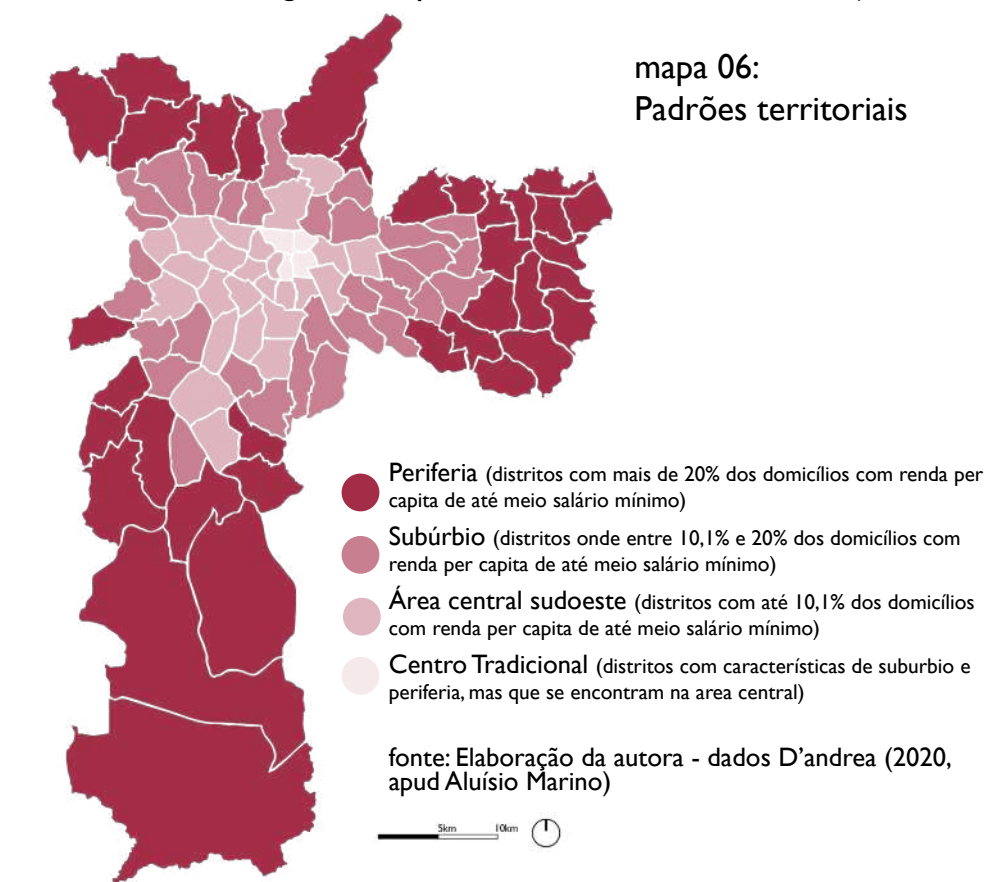
a) os elementos da história e cultura negra; o ser comunidades negras e produzir territorialidades negras; b) as relações sociais entre as populações; c) o racismo antinegro, nas diversas formas presentes na sociedade brasileira, institucional, ambiental e socioeconômico; e d) as ações institucionais que antecipam as possibilidades das formas urbanas e as condicionam (Cunha, 2019, p.72).

É possível observar então nos últimos anos o crescimento de uma consciencia periferica' pelos moradores, muito marcado também por produções artísticas politizadas, como o rap. Esse entendimento não vem de uma consciência de classe, mas de um compartilhamento

de costumes, modos de vida e condições sociais do território. Nes- se momento a dimensão racial e urbana ganham muito espaço. Esse processo evidencia algumas dinâmicas que atravessam os territórios periféricos e a construção dos seus moradores como sujeitos. D’An- drea (2020, p.30) nos aponta algumas questões que marcam a formação desses sujeitos²:

1. Assujeitamento às condições: toda sorte de situações sociais que sujeitam o indivíduo e existem para além de sua vontade; 2. Formação de subjetividades: a partir de relações sociais produzidas em dadas condições geográficas, sociais e históricas, calcadas em experiências basilares de socialização na família, no bairro e na escola, é formadora de um dado habitus (Bourdieu, 2005) territorial que se entrelaça com a experiência racial, de gênero e de classe; 3. Códigos culturais compartilhados: são experiências e modos de vida comuns que produ- zirão uma linguagem compartilhada, em contraposição a linguagens típicas e características de outros territórios; 4. Consciência de pertencimento: elaboração intelectual que permite a compreensão de uma posição urbana compartilhada a partir de um dado território (esse processo não abarca a totalidade da população); 5. Agir político: Ato de apoderar-se da própria história, tornando-se sujeito político a partir da ação em prol do território (esse processo não abarca a totalidade da população);

Acredito que a vivência periférica atravesse em muitos momen- tos a vivência do negro no espaço urbano. Nesse sentido, objetivando



2. Gostaria de destacar que muitos desses aspectos que constroem o sujeito periférico são também critérios que os definem enquanto sujeitos abjetos em áreas centrais, dentre eles a dimensão linguística, comportamentos e vestimentas, associados a cultura periférica.

3. Processo muito ilustrado pelo Rap, principalmente produções dos anos 1990, como Racionais Mc, que auxiliaram na construção de uma identidade periférica (D’Andrea, 2020).

a investigação da população negra enquanto agente que constrói o espaço, trago a noção de movimento negro enquanto recorte analisado. Assim, buscou-se investigar a influência do movimento negro do espaço urbano, a partir de uma pesquisa teórica, mas também de algumas entrevistas com indivíduos atuantes no movimento negro hoje. É importante destacar nesse momento que a noção de movimento negro foi adotada em seu sentido mais amplo, abrangendo expressões culturais e outras iniciativas, para além da sociedade civil organizada. Joel Rufino dos Santos traz uma definição que ilustra bem essa noção:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), **fundadas e promovidas por pretos e negros** (utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (Santos, 1985, p.287).

Nesse sentido, a intenção desse texto é destacar práticas sociais e culturais que contrariam a universalidade da colonialidade, tratando da questão racial frente a dimensão estrutural das desigualdades urbanas e do racismo. Essas práticas de contestação, hoje cada vez mais descentralizadas, ocupam um lugar essencial na disputa política. Nessa perspectiva, o movimento negro é marcado por uma pluralidade de atuações e de agentes. Desde os grupo que representam o “sentido estrito” do movimento, como o Movimento Negro Unificado (MNU) que veremos melhor mais a frente nesse texto, até organizações como coletivos universitários, grupos culturais que organizam eventos como saraus em territórios periféricos e o movimento “Black lives matter”, ou vidas negras importam, em destaque internacional nos últimos tempos.

Assim, dialogo aqui com uma noção de cultura antirracista, trazida por Pereira, Maia e Lima (2020). Os autores apontam que “o processo de luta política também produz cultura, o que potencialmente influencia na construção de identidades e subjetividades por parte de atores sociais diversos a partir do contato com a luta política em si”³ (Pereira, Maia e Lima (2020,p.178). Hall (2003) aponta também uma produção multicultural, que vem de espaços potenciais de “resistência, intervenção e tradução”, que em seu aspecto político buscam uma expansão das práticas democráticas da vida social, assim como a contestação de formatos racialmente excludentes. Exercem o que Hall

(2003) chamou de direito dos indivíduos ao dissenso, ou no sentido de Rancière (1996) uma ação política.

Assim, arrisco aqui uma generalização ao destacar alguns pontos que podem nos ajudar na compreensão desse movimento negro não homogêneo. Os terreiros, de candomblé, umbanda, são marcas históricas no território da resistência de povos da diáspora, construindo formatos verdadeiramente brasileiros a partir da troca entre várias culturas africanas e a própria experiência da colonialidade. As diversas danças e manifestações de raiz africana também marcam essa construção de significados pelos povos da diáspora, como a capoeira e o jongo. Kaçula (2020), por exemplo, versa sobre o tambu ou batuque de Umbigada praticado no bairro paulistano da Casa Verde.

Os últimos trinta anos abarcaram o crescimento de muitas atividades culturais na periferia, como saraus, slams, grupos teatrais, poses de hip-hop, entre outros. Essas produções trazem muito a voz ao sujeito periférico, no sentido de narrar sua própria realidade que é negligenciada em muitos espaços, mas também como uma forma de fazer política, influenciar o bairro, promover pacificação de violências, e sobretudo produzir formas de sobrevivência alternativa ao trabalho capitalista e atividades ilícitas (D’Andrea, 2020).

As expressões culturais, como hip-hop, samba, outros gêneros musicais, além de literaturas, funk, pixo e diversas outras são fundamentalmente expressões que passam pela vivência desses territórios estigmatizados e não brancos. O samba, no exemplo de São Paulo, se fortalece em bairros que tiveram uma ocupação negra posterior a processos de urbanização higienista no século XX, as quais desagregaram territórios negros antes estruturados próximos ao centro, como destacado anteriormente nesse texto. Ele não só se torna expressão desses lugares, mas é também um dispositivo de formação musical, que de maneira mais ampla, está presente em práticas sociais, culturais e políticas desses territórios. Assim como o rap, que nasce como narrativa e denúncia dessas vivências vinculadas a esses espaços.

A produção de espaços de lazer, tão deficitários em determinadas áreas, vai desde os bailes black até os contemporâneos bailes funk. Esses eventos propõem não só diversão, mas práticas econômicas e oportunidades para mercados enormes. Ademais, essas expressões são também formas de construção de identidade, para além dos estereótipos consolidados socialmente. Por exemplo, o rap afirma a dignidade do jovem negro de periferia e critica a violência que estrutura a sociedade brasileira (Garcia, 2018). Nesse contexto, o exemplo do pixo é

4. Alguns coletivos negros levantados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA): Ye Mastaba, Cafofo, Malungo USP, Malunfo UFMG, Maloca, Enegrecer, Arq Black, Grupo Transcultura, Maria Punga, Coletivo Calunga, Coletivo Lélia Gonzalez (UFF), Coletiva Elaza Soares (USP São Carlos).

5. Domingues (2007) cita os seguintes estados de atuação da organização: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia.

uma das práticas mais territorializadas que dialogam com o aspecto da violência e apontam a dicotomia entre a cidade que Fanon entende em sua subjetividade como a “cidade do colono”, ou seja, a cidade formal, das elites. Uma prática que tensiona a noção do legítimo, em seus aspectos político e estético.

Assim, frente ao racismo estrutural, ao avanço neoliberal, as práticas culturais produzidas por não brancos, pulsantes em áreas periféricas, reagem como formas de “produzir, difundir e obter informação, autoconhecimento, denúncia e diversão.” (Garcia, 2018 apud D’Andrea, 2013). Como traz Garcia (2018, apud Kehl, 2000, p.212):

[...] a força dos grupos de rap não vem de sua capacidade de excluir, de colocar-se acima da massa e produzir fascínio, inveja”. A força do rap “vem de seu poder de inclusão, da insistência na igualdade entre artistas e público, todos negros, todos de origem pobre, todos vítimas da mesma discriminação e da mesma escassez de oportunidades

Além disso, a maior inserção de populações pretas no ensino superior nos últimos anos possibilitou novas formas de atuação que vão desde a criação de inúmeros coletivos universitários negros⁴, a própria atuação na periferia por profissionais formados. D’Andrea (2020, p.33-34) discorre de uma forma bonita e honesta sobre essas experiências:

É por essa razão que se afirma aqui que a presença de jovens periféricos nas universidades é constituída por trajetórias quebradas. Trajetórias quebradas, pois permeadas de improvisos, dificuldades e obstáculos: o estudo conciliado com o trabalho, o ônibus lotado, a falta de dinheiro, a casa barulhenta, a dificuldade de acesso à internet, o cansaço físico. Trajetórias quebradas porque muitas quebram no meio do caminho; enlouquecem com a frieza da universidade, com a percepção de se estarem anos-luz atrasados, com a falta dos pares da mesma cor de pele, da mesma classe social e da mesma quebrada em uma sala de aula; enlouquecem ao perceber que a estrutura do ensino superior não foi feita para os pobres. Trajetórias quebradas porque elas se interrompem no meio do caminho e porque hoje existe uma política para impedir os pobres de entrarem nas universidades.

Dentro desse contexto, o movimento negro em seu aspecto histórico construiu as possibilidades de luta antirracista do momento atual. Olhando para o movimento negro, no modelo *stricto sensu*, é necessário citar algumas organizações para que tenhamos esse “retrato” histórico. No início do século XX, uma série de instituições se articulavam, ganhava espaço também a imprensa negra, com 31 jornais circulando em São Paulo. A Frente Negra Brasileira (FNB) se apresenta como um agente representativo desse momento, sendo a instituição

fundada em São Paulo em 1931 e atua até o início da ditadura em 1937 (Domingues, 2007).

A FNB possuiu sedes em alguns estados⁵, chegando a superar 20 mil associados, atuando em diversas frentes, por exemplo, na frente educacional, cultural, esportiva, jurídica, de saúde, de formação política, além de possuir seu próprio jornal, o “A Voz da Raça”. O objetivo da instituição era proporcionar a ascensão social do negro. Nessa conjuntura internacional, um de seus líderes, Arlindo Veiga dos Santos, apresentava uma aproximação com uma ideologia autoritária, ultranacionalista, mostrando similaridades com o movimento integralista, de extrema direita atuante na época. Em 1936 a FNB tornou-se um partido político, mas não teve a chance de atuar como tal por conta da instauração do Estado Novo (Domingues, 2007). É importante destacar o aspecto territorial na luta da FNB, como aponta Rolnik (89, p.10):

Para os membros da comunidade, a desmarginalização colocava-se claramente em termos territoriais – era preciso sair dos cômodos e porões para organizar um novo território negro, familiar. Essa foi uma das palavras de ordem da Frente Negra Brasileira, agremiação política fundada em 1931 que pregava a necessidade de instrução e organização da vida familiar nuclear na comunidade para que os negros pudessem atingir a igualdade com o branco. Uma das ações concretas dos membros da Frente em São Paulo foi comprar terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade e fundar núcleos negros formados por casas próprias. Casa Verde, Vila Formosa, Parque Peruche, Cruz das Almas e Bosque da Saúde são exemplos dessa nova forma de territorialização: em bairros inicialmente sem qualquer infraestrutura e distantes do Centro, famílias negras começaram a edificar casas próprias em lotes comprados.

Nesse contexto, o Teatro Experimental do Negro (TEN) é apresentado aqui como uma expressão de um segundo momento do movimento negro a partir de 1945⁶, com a retomada democrática, até a ditadura militar iniciada em 1964. Criado por Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro, propunha-se a atuar pela valorização social do negro, através da educação, cultura e arte, com, por exemplo, cursos básicos de alfabetização, de teatro. Trago o exemplo carioca, em detrimento de um paulistano por algumas questões, dentre as organizações desse período é a que se possui mais informações, sendo ela um exemplo marcante da discussão racial no período que influenciou organizações futuras em diversos locais do país, inclusive em São Paulo. Ademais, a organização também lutou pela inserção simbólica da cultura afro-brasileira, para além de uma interpretação folclórica ou a partir de uma perspectiva da classe branca. Como aponta Abdias (Nascimento, 2007):

Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afrobrasileiros, e fazer com que o próprio

6. Domingues (2007) aponta algumas organizações atuantes no território paulista nesse período: Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional.

7. O período ditatorial marca fortemente a opressão a corpos, muito discutidos no âmbito de presos políticos, mas que também passa por questões identitárias, como a enorme violência a negros e travestis.

negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido. Tarefa difícil, quase sobre-humana, se não esquecermos a escravidão espiritual, cultural, socioeconômica e política em que foi mantido antes e depois de 1888, quando teoricamente se libertara da servidão.

Nesse retrato histórico que aqui ensaiamos, a ditadura militar surge como um momento de dismantelo desse formato de organização do movimento negro, assim como de outras organizações sociais, mas também de endurecimento de opressões sofridas por boa parte da população negra⁷. Em um contexto de disputas sociais, como os movimentos sindicais no fim dos anos 70, e um novo questionamento de noções como a democracia racial se insere o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU).

O MNU nasce em 1978, em resposta a dois acontecimentos discriminatórios que foram sofridos por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e por Robison Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, acusado de roubar frutas numa feira que chegou a ser torturado e morto pela polícia. Articulando uma série de movimentos atuantes naquela época, um ato na frente do Teatro Municipal de São Paulo marca esse novo movimento. Identificando-se como organização marxista, de influência trotskista, também marcado pelo internacionalismo ao buscar compreender outras experiências de luta que trazem a pauta racial, como libertação de países africanos, o MNU traz uma perspectiva de emancipação do conjunto da classe, na qual a luta contra o racismo é decisiva (Araújo, 2020)⁸. O MNU discute diversas questões teóricas a partir do viés de raça, mas tem em suas reivindicações pautas urgentes para o povo preto, ainda hoje, como a denúncia à violência policial, ao genocídio do povo preto e as condições de trabalho.

Esse retrato chega então um momento mais contemporâneo, que seria uma representação do movimento negro hoje. Pereira; Maia; Lima (2020) destacam o caráter plural e descentralizado da atuação do movimento negro, já levantado aqui com os saraus, coletivos negros universitário, etc., e também um destaque para a atuação feminina nessas disputas. Os autores apontam como a luta antirracista tem chegado a locais onde historicamente não se acessava, como as universidades, além da atuação da própria cultura antirracista que atuam para propagar as lógicas antirracistas. Dentro desse contexto busco investigar, através de entrevistas, formatos de atuações no território por parte desses grupos.

4.2 Entrevistas

A partir da reflexão apresentada, foram realizadas entrevistas com o objetivo de trazer alguns exemplos dessas atuações, investigando mais precisamente a sua atuação direta no território, mas também trazendo a subjetividade e a vida presentes nessas práticas. As entrevistas não buscaram fechar definições, mas levantar pautas e estratégias da luta antirracista. Gostaria de destacar também o meu enorme respeito às organizações estudadas, e peço licença para colocá-las na discussão.

Foram realizadas um total de cinco entrevistas de maneira remota, tratando de quatro organizações, foram elas o Movimento Negro Unificado (MNU), o Coletivo Negro do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), o Coletivo Cartografias Negras e a Associação Comunidade Cultural Quilombaque. Os entrevistados foram em sua maioria mulheres, quatro de seis, com uma composição etária bastante variada, de jovens recém formados a pessoas mais velhas com décadas de caminhada de luta. As entrevistas buscaram entender três eixos, sobre o histórico dos sujeitos e sua entrada no movimento, a formação e organização do movimento e sua atuação direta no território.

A respeito do MNU foram entrevistadas duas integrantes, Luciana, integrante desde 1995, e Dona Regina, coordenadora estadual do movimento em São Paulo. O movimento já foi citado anteriormente no texto no recorte histórico de sua criação, mas as entrevistas trouxeram algumas nuances de sua atuação no momento atual. Por exemplo, as entrevistadas destacaram que a trajetória de parte dos integrantes passa por outras organizações políticas, mesmo partidárias, não se restringindo a grupos de esquerda. Essas afirmações corroboram com as leituras de Pereira, Maia e Lima (2020), quando eles afirmam a parcela do movimento negro, em sua definição menos abrangente, possuem uma atuação ligada a formalidade e institucionalidade.

Outro aspecto que também é possível destacar, na experiência de Luciana, mas que abre possibilidades para outras semelhantes, é o momento inicial de identificação com as pautas do movimento, marcado por uma vivência territorial, desde locais de habitação até a ocupação de um local na universidade.

O movimento historicamente discute a interlocução entre raça e o espaço, por exemplo, com o coletivo Raça e Território, atuante de 1996 a 2002, que buscava produzir uma ideologia negra a partir da

9. Acredito que essa produção de conhecimento ilustra o distanciamento da academia dos movimentos organizados e sobretudo da população negra.

perspectiva dessa população, pautando questões como a segregação territorial e infraestrutura urbana desigual e a organização popular a partir desses espaços⁹.

O MNU, que hoje atua em dezoito estados, conta com uma organização nos níveis nacional, estadual e municipal. No âmbito das cidades opera nos territórios de ocupação do povo preto, em diversos ambientes periféricos. A respeito da atuação recente, as entrevistadas falaram sobre a permanência da relevância de pautas iniciais do movimento, como o combate ao encarceramento em massa, e de uma atuação no território, por exemplo, no combate atual a pandemia do Covid-19 que atinge fortemente os territórios com alta ocupação de negros.

O MNU desde sua criação aponta as carências na atuação da esquerda brasileira que não reconhece raça como parte constitutiva da população trabalhadora. O movimento traz também outras chaves de discussão que se agregam a luta antirracista, a partir de debates como o do feminismo negro e do combate a LGBTfobia. Apesar de um movimento laico, a compreensão das igrejas evangélicas como espaço de ocupação de parcela da população preta, logo também um local de atuação da luta antirracista, é uma das discussões presentes no movimento e que pode contribuir com outros e com o campo político de forma geral.

Outro grupo estudado foi o Coletivo Negro do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), hoje nomeado Raiz da Liberdade, a partir da entrevista com Milson e Edson. Esse coletivo traz a intersecção da luta antirracista a uma luta territorial já consolidada, a luta por moradia. O MTST opera em âmbito nacional e traz também uma vertente institucionalizada, por conta da relação com o poder público a partir da luta habitacional. Os entrevistados destacaram que a disputa do movimento se inicia a partir da pauta de moradia, mas passa pelo bem estar urbano, com o acesso à saúde, educação e lazer, por exemplo, e extrapola o objetivo individual da moradia, mas envolve uma disputa política de sociedade.

O coletivo como organização é recente no movimento, possui aproximadamente três anos, mas as lutas urbanas integram a dimensão racial presente na organização das cidades. Os entrevistados destacaram que a luta da organização é marcada pela meta de transformação social, que engloba, assim como o faz o MNU, o questionamento de questões estruturais como o machismo, a Lgbtfobia e a própria questão racial. Como destacou Edson (2020):

[...] A gente se faz aquela pergunta, o que a luta por moradia tem a ver com a questão racial? O MTST optou por fazer uma luta por moradia a partir dos territórios. A gente poderia fazer uma luta a partir do centro, ocupação de prédios, mas o MTST optou por fazer por territórios [periféricos]. Porque, levando em conta a lógica da cidade, a gente percebe que os mais oprimidos, [...] a maioria está nas periferias. Pelo processo de construção [...] da cidade, que é cada vez que valoriza você vai expulsando os mais pobres pro fundão, vai cada vez mais expulsando e essas pessoas que tão no fundão ficam sem condição nenhuma. Em princípio, a gente tem que analisar isso, como que a questão racial envolve a questão da moradia. Na lógica da cidade quem vai pro fundão é sempre os negros, os desfavorecidos. Quando você chega em uma ocupação do MTST você percebe isso logo de cara, mais de 70% das pessoas são negras, negros e negras.

Outro aspecto é que a gente na periferia, nós negros, já temos essa questão racial, já ta dentro de nós arraigada a muito tempo. A gente carrega isso desde criança, no contato com os familiares, na escola, no trabalho, com o simples fato de botar o pé na rua, a gente já percebe que é negro.

A dimensão da raça é então algo embutido na luta na própria luta, como aponta Edson:

O MTST é um movimento de luta antirracista, porque quando chega na periferia e está falando com negros e negras ali, já é um processo antirracista. Quando você consegue uma moradia, [...], quando uma pessoa que não tem casa ou está pagando aluguel, ta em uma situação difícil ali, sem teto, [quando] ela consegue ganhar uma moradia, tem muita simbologia aí envolvida. E uma delas é a questão do antirracismo, porque uma pessoa que não tem casa e faz parte agora de um convívio social, você imagina a autoestima, imagina como essa pessoa vai lidar na sociedade. Ela vai ter poder agora para debater, isso é muito forte também.

Os entrevistados destacam também o papel de formação do movimento, presente na constituição do próprio grupo que pauta especialmente a questão racial. A atuação do coletivo passa por dar acesso a essas informações e discussões a partir das regiões periféricas, fortalecendo, por exemplo, a auto identificação negra como uma consciência pessoal, mas também coletiva. Foram narrados cinco pontos pelos quais o coletivo se organiza: luta antirracista; poder popular; contra o genocídio do povo preto; direito ao futuro e transformação social.

O coletivo nasceu como forma de organizar pautas já presentes no movimento. Em um momento ainda de formação, além de atos, o coletivo busca atuar na qualificação e disseminação dessas pautas, a partir da organização territorializada do MTST, por meio de um debate popular para alcançar a população periférica. No específico momento atual, com a pandemia do Covid-19, as ações do coletivo passam pelas redes sociais e produção de material digital.

O terceiro grupo entrevistado, o coletivo Cartografia Negra, nasce no fim de 2017, com a atuação de três participantes, e objetiva visibilizar a presença do negro na cidade de São Paulo, em especial no

centro. A entrevista foi realizada com Raissa, uma das idealizadoras do coletivo. Ela dá um panorama do início do processo:

A ideia do coletivo, de pensar a cidade, partiu das minhas inquietações pessoais. Quando eu terminei a faculdade de ciências sociais, [...] eu comecei a olhar para a cidade, [...] com todo o material que eu consegui aprender e desenvolver durante o curso, e eu vi que não me via na cidade. Nasci em São Paulo e não me via, não via meus iguais. Sempre andei muito pelo centro e sempre que via pessoas parecidas comigo elas estavam em posições não de fluir na cidade, mas de servir, né. De servir, trabalhando, pegando ônibus, enfim, tendo que produzir sua vida. [...] [A história negra] É uma dúvida geral, comum entre os descendentes afro-brasileiros. A gente conhece muito uma história branca, [...], e a gente conhece pouco da história preta, que é tão importante quanto, mas é sempre invisibilizada.

Assim, a partir dessas inquietações, foi desenvolvido um trabalho duplo de pesquisa sobre a história negra no centro de São Paulo e de difusão do material recolhido. O coletivo atua diretamente em uma formação antirracista, a partir de trabalho com escolas e das voltas negras, que acontecem uma vez por mês, que são percursos pelo centro paulistano, contando a história preta a partir do próprio território.

Os trajetos se dão na área central da cidade, são estabelecidos nove pontos urbanos para narrar essa parcela da história dos séculos XVIII e XIX, passando, por exemplo, pela Igreja do Rosário dos Homens Pretos. A estratégia utilizada é marcada também pela visão do pedestre e importância dessa forma de usar a cidade para a sua percepção. A partir desse trabalho, os integrantes do coletivo interagem com situações recentes atuais, como o grande contingente de imigrantes no centro ou o desabamento do prédio no Largo Paissandu, e narram toda uma atuação negra histórica que foi sistematicamente apagada do espaço urbano, na lógica subjetiva de Fanon (1968), apagada da cidade do colono.

Com um amplo público, o grupo atinge variedade de pessoas, de uma diversidade etária à diversidade de origem geográfica, mas vale destacar a presença de educadores nesse meio. A presença de profissionais de diversos níveis de ensino reafirmam a necessidade e o anseio por uma formação antirracista.

O quarto grupo entrevistado, a Comunidade Cultural Quilombaquer, está localizada na região de Perus, no noroeste da cidade de São Paulo. Ela nasceu em 2005, por iniciativa de alguns jovens, com o objetivo de proporcionar alternativas de lazer, escassas naquele território, passando por manifestações como o circo e expressões periféricas, como o movimento hip-hop. As atividades desenvolvidas ao longo desse período de quinze anos estão muito ligadas a noção de desen-

volvimento desse território e de oportunidades para seus moradores, como destaca Camila (2020), integrante entrevistada nesse processo de pesquisa:

O envolvimento com a arte se revelou uma alternativa de enfrentamento à problemática da violência, proposta na qual rapidamente centenas de outros jovens aderiram agregando múltiplas formas de expressões artísticas e manifestações culturais, caracterizando e legitimando a missão da organização, fomentando uma rede cultural e um movimento de luta em prol de melhorias na região.

Nesse contexto, será destacado aqui o processo da Universidade Livre e Colaborativa, que envolveu além da Quilombaquer, outras instituições como o coletivo de educação Coruja e o Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) do LabCidade da FAU USP. A partir do processo de “aprendizagem em ação” foram valorizados saberes locais na busca da construção de um “conhecimento crítico, sensível e potencialmente transformador” (Sandeville, Fernandes, Bortoto, 2016, p.05). Tal processo durou em torno de três anos, buscando ressaltar espaços importantes de afeto e memória, como forma de qualificar uma discussão coletiva com a participação dos moradores a respeito da paisagem, da dimensão ambiental no local e incentivar o desenvolvimento territorial. A Universidade Livre e Colaborativa era então aberta à participação de todos, chegando a realizar atividades em diversos locais do território.

Como um dos resultados desse processo cabe destacar aqui a inserção do território Jaraguá Perus como Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP)¹⁰, um instrumento do Plano Diretor de São Paulo, de 2014. O Estado paulistano reconhece então a importância do território de Perus/Jaraguá, inserindo-o juntamente com a área da Paulista/Luz, na seguinte definição:

Art. 314. Fica instituído o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, designação atribuída a áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público.

Assim, como desdobramento de todo esse processo, foi idealizado pela Comunidade Cultural Quilombaquer e parceiros o Museu Territorial Tekoa Jopo’í, significa território e Jopo’í significa a lógica econômica dos povos guaranis: “Quanto mais você doa mais prestígio você

10. Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014, no Art. 314, Seção II.

tem”. Estruturando a demanda do museu foi criada também a Agência de turismo Queixada, nome em homenagem aos trabalhadores da Fábrica de Cimento presente no local que desenvolveram uma das maiores greves pacíficas no país. Assim, ambos equipamentos objetivam promover o desenvolvimento local sustentável, através de um turismo de base comunitária, um turismo de resistência, promovendo também a valorização e reconhecimento da produção local. A partir disso a construção de oportunidades nesse território periférico, assim como a tentativa de barrar processos urbanos que promovem a desigualdade, como a especulação imobiliária.

Dentro desse contexto, as entrevistas ilustram o caráter amplo e descentralizado do movimento negro, já anunciado por Pereira; Maia; Lima (2020), assim como recuperam dinâmicas periféricas apontadas. Gostaria de sistematizar quatro pontos a respeito da atuação dos grupos entrevistados, que não necessariamente estão presentes em todos, mas são lições importantes de suas atuações. O primeiro deles a organização a partir de territórios periféricos, onde se encontra o povo preto. As organizações maiores – MNU e MTST - realizam subdivisões e atuam nesses espaços, o que molda as formas de atuação a partir dessas vivências. Por exemplo, quando em entrevista a integrante do MNU narra que apesar do movimento ser laico, já se discutiu a necessidade de diálogo com espaços como Igrejas Evangélicas, isso vem de um olhar para uma instituição que ganha força e se pulveriza nesses espaços periféricos agregando também o povo preto. É então a partir desses locais que se pensam as formas de organização. Ademais, esse ponto passa também pela inserção dos próprios integrantes dos grupos no território e suas vivências pessoais. A Associação Quilombaque, por exemplo, nasce das dinâmicas do bairro de Perus.

O segundo ponto a ser destacado é o aspecto de produção crítica de conhecimento e compartilhamento coletivo dessas reflexões. O coletivo Cartografia Negra faz isso de forma bastante clara, e a partir da circulação no território, reivindicando o espaço histórico do preto na parcela central da cidade. O Coletivo Negro do MTST também traz fortemente a dimensão da troca e da formação de pensamento crítico, assim como o MNU, que também produz conhecimento. Ademais, a Associação Quilombaque também traz um processo de construção de conhecimento com Universidade Livre e Colaborativa, e o Museu Tekoa Jopo’í também reivindica o caminhar na cidade como formação.

A experiência da Quilombaque levanta o terceiro ponto, a relação desses movimentos com a institucionalidade, ou com o Poder

Público, e suas limitações. É possível observar o desdobramento da luta em Perus na afirmação do território como TICP um diálogo com o Estado, o qual também se faz presente nas reivindicações de moradia popular por parte do MTST. Entretanto, esse formato não é regra, arrisco dizer que é exceção, ainda mais difícil na atuação de coletivos pequenos ou até individuais, como na experiência do coletivo Cartografia Negra.

O quarto e último ponto que gostaria de destacar é a capacidade do olhar racializado abranger não apenas as pautas históricas do movimento negro, como denúncia ao genocídio do povo preto e do encarceramento em massa, que aparecem nas falas dos representantes do MNU, MTST e Associação Quilombaque, mas de fato almejar novos formatos sociais que englobem outras disputas, como a luta por moradia, pelo desenvolvimento territorial e pelo meio ambiente, passando por disputas simbólicas de identidade e reconhecimento como nas voltas negras do Cartografia Negras e no Museu Territorial Tekoa Jopo’i. Ademais, a abrangência da questão racial chega até outras lutas como a de gênero e LGBTQIA+, presentes nas falas do MNU e MTST, mostrando o caráter inclusivo e interseccional dessas práticas antirracistas.

5

**Conclusões
teóricas**

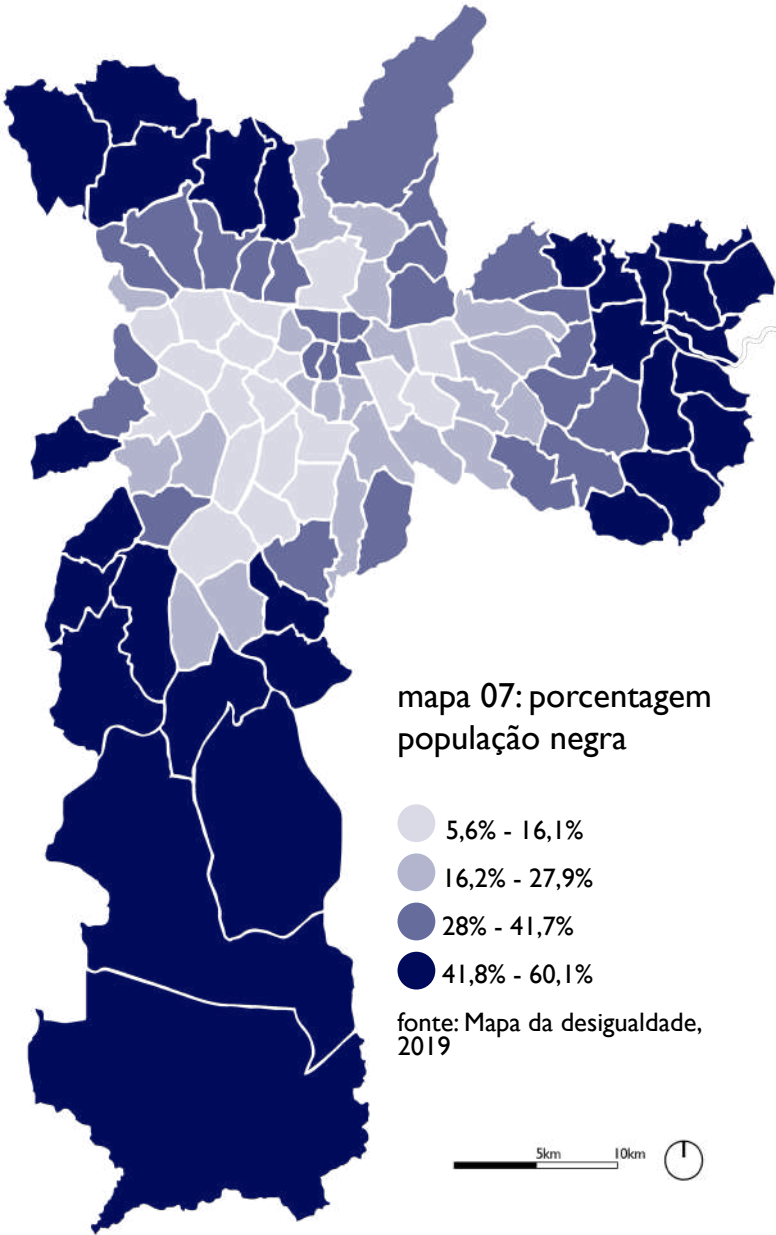
Esse estudo se desdobrou sobre a relação entre raça e urbano a partir da seguinte pergunta: como o grupo de indivíduos racializados são influenciados, mas também influenciam a produção da cidade? Primeiramente, olhando para a produção da cidade organizada pelo Estado, foram analisadas políticas públicas que atuavam ou discursavam sobre o urbano e interferiram sobre os grupos racializados, principalmente no âmbito do planejamento urbano, mas não apenas. Essa análise possibilitou a percepção da segregação espacial como fenômeno chave na relação entre pessoas pretas e o urbano, as quais interferem na vida desse indivíduos em diversos planos, organizando a chamada estrutura de oportunidades (Squires, Kunbrin, 2005) associada ao local da cidade e à raça.

Assim, passamos a olhar como esses grupos racializados influenciam no território, passando pelas áreas periféricas e pela atuação do movimento negro. Ao entender movimento negro de forma ampla, como nos apresenta Santos (1985), que engloba todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo fundadas e promovidas por pessoas negras, é possível apontar seu caráter fortemente periférico. Assim, na busca por estratégias antirracistas na luta urbana, foi possível elencar algumas a partir de entrevistas a movimentos contemporâneos: a atuação a partir de territórios e vivências periféricas; a produção e difusão de conhecimento crítico, na qual esses indivíduos tomam a voz da narrativa; a relação com a institucionalidade do Poder Público e suas limitações; e ainda a potencialidade interseccional de uma luta antirracista.

Assim, esse trabalho discute os limites da lógica hegemônica e algumas possibilidades para a construção de novas lógicas urbanas. Entendo que essas novas lógicas devem ser pautadas na chave dos direitos e no bem estar urbano, incluindo pautas da luta antirracista, feminista e lgbtqi+, mas que também tragam outras mobilidades, outras formas de relação com a natureza. Almejo uma cidade que olhe para a vida.

6

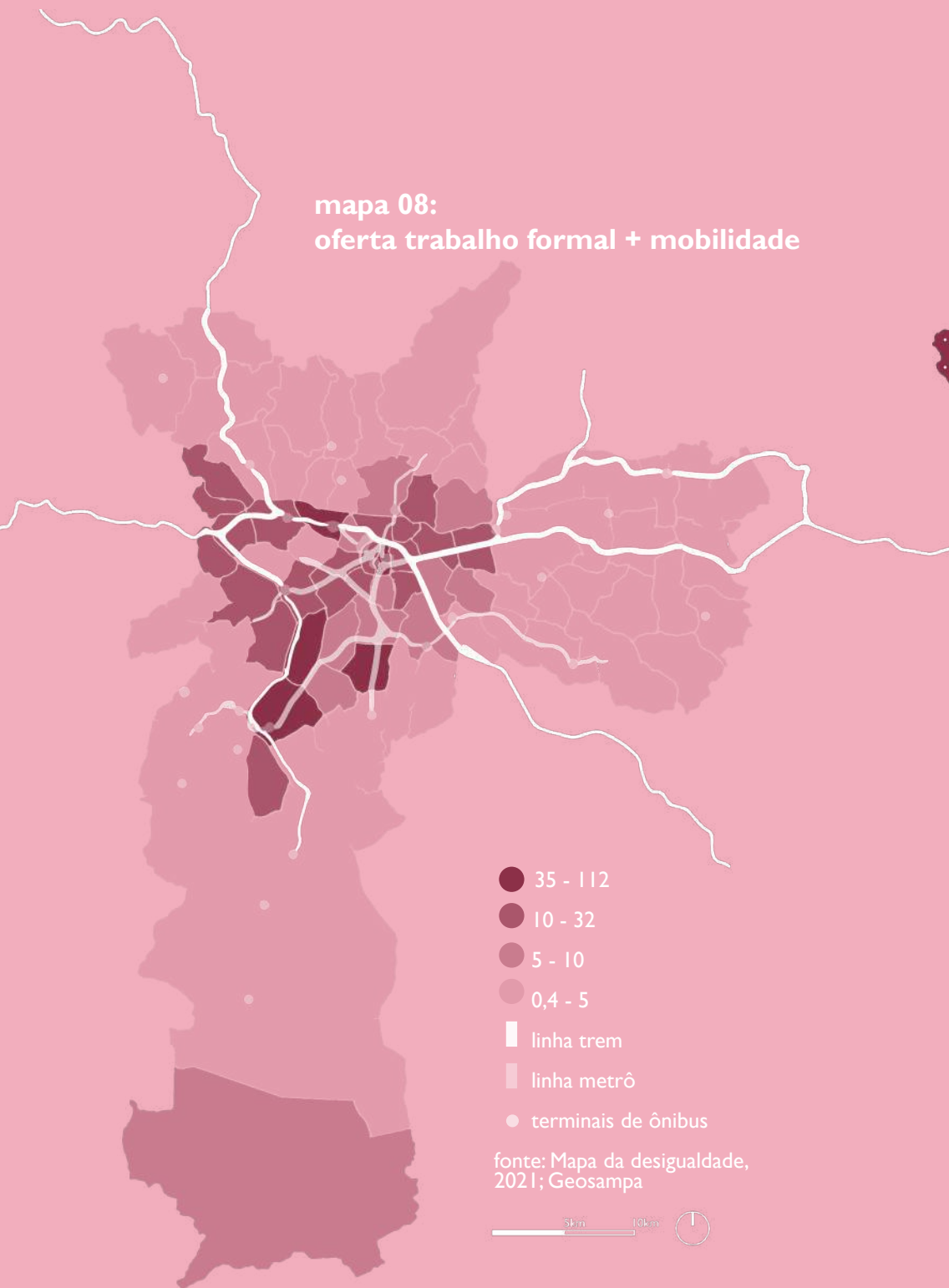
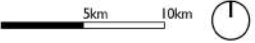
**Leituras
Urbanas**



mapa 07: porcentagem população negra

- 5,6% - 16,1%
- 16,2% - 27,9%
- 28% - 41,7%
- 41,8% - 60,1%

fonte: Mapa da desigualdade, 2019



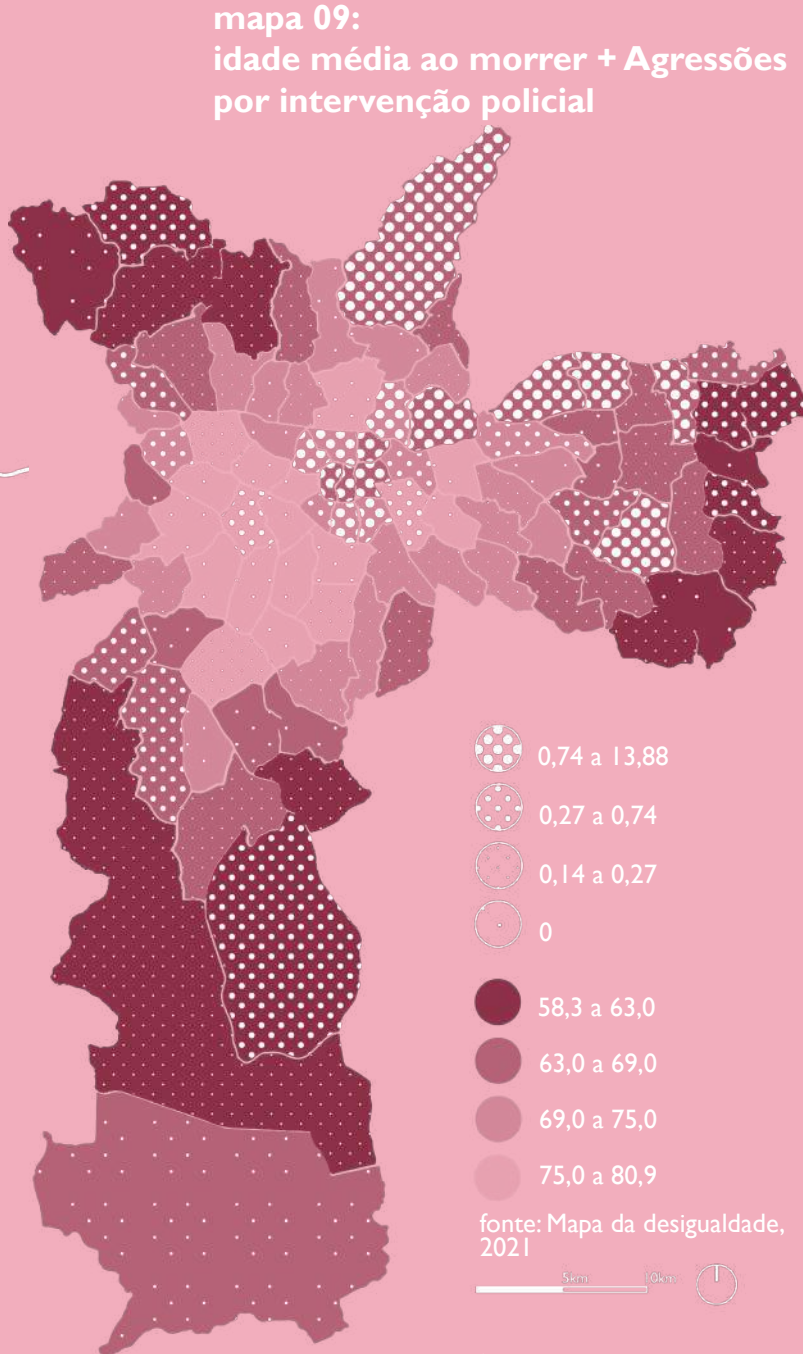
mapa 08: oferta trabalho formal + mobilidade

- 35 - 112
- 10 - 32
- 5 - 10
- 0,4 - 5
- linha trem
- linha metrô
- terminais de ônibus

fonte: Mapa da desigualdade, 2021; Geosampa



* Número absoluto de empregos formais na data de referência ÷ PIA - População em idade ativa x 10



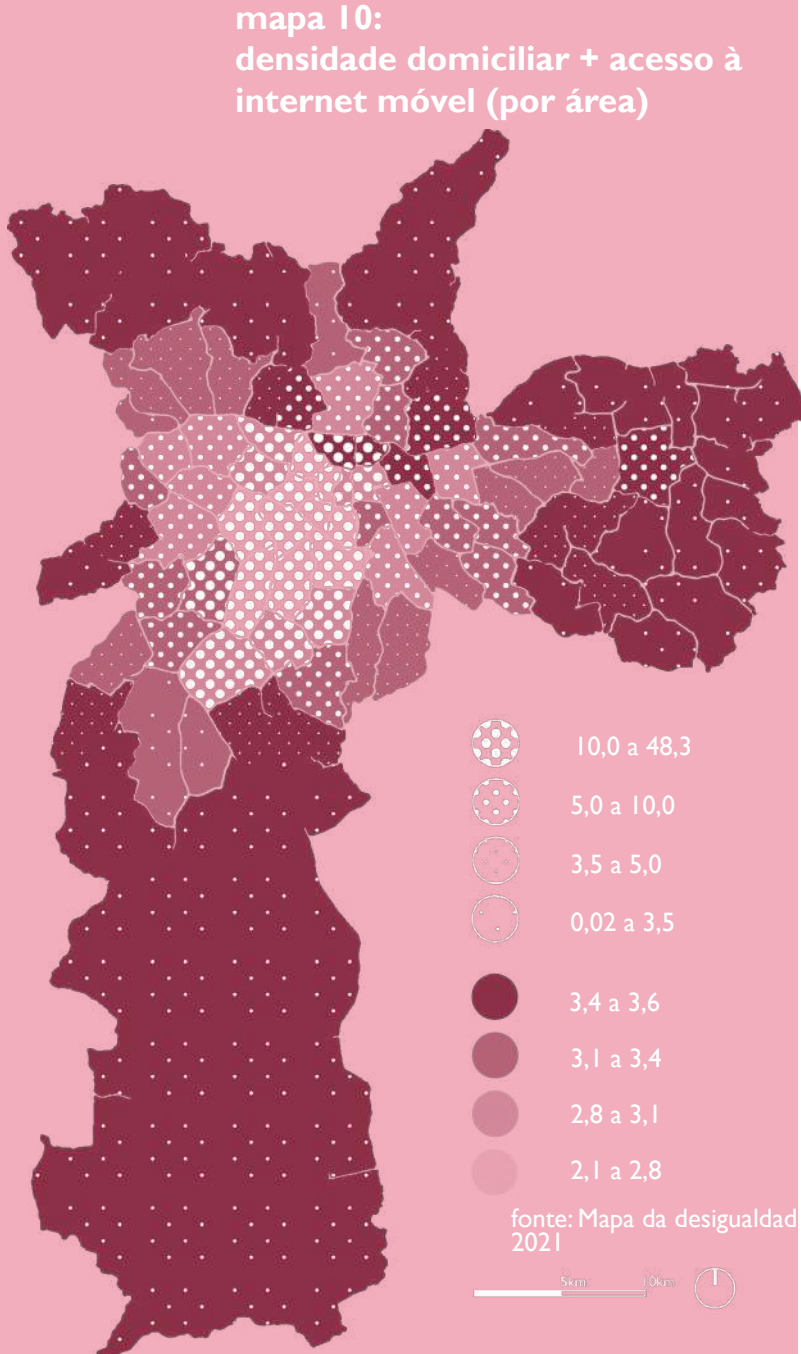
mapa 09: idade média ao morrer + Agressões por intervenção policial

- 0,74 a 13,88
- 0,27 a 0,74
- 0,14 a 0,27
- 0
- 58,3 a 63,0
- 63,0 a 69,0
- 69,0 a 75,0
- 75,0 a 80,9

fonte: Mapa da desigualdade, 2021



* Soma das idades ao morrer ÷ Número total de óbitos (portodas as idades) x 100;; Média do número total de casos registrados de agressões decorrentes de intervenção policial ÷ número de medio de habitantes no distrito x 100.000



mapa 10: densidade domiciliar + acesso à internet móvel (por área)

- 10,0 a 48,3
- 5,0 a 10,0
- 3,5 a 5,0
- 0,02 a 3,5
- 3,4 a 3,6
- 3,1 a 3,4
- 2,8 a 3,1
- 2,1 a 2,8

fonte: Mapa da desigualdad 2021



* Número total de antenas (Estações Radio-base - ERBs) ÷ área (km²) do distrito; Número médio de pessoas moradoras por domicílio

mapa 11:
bacia hidrográfica + remanescentes
de mata atlântica

mapa 12:
terra indígena + clima

- remanescentes do bioma mata atlântica
 - rio tietê
 - rio tamanduatei
 - rio pinheiros
 - rios juqueri
 - rio capivari / rio branco
 - rio cabuçu de cima
 - guarapiranga
 - billings
- fonte: Geosampa, 2021

- terra indígena
- clima mais ameno
- limite distritos

fonte: Geosampa, 2021; Villaça, 2011

mapa 13: índice de bem estar urbano

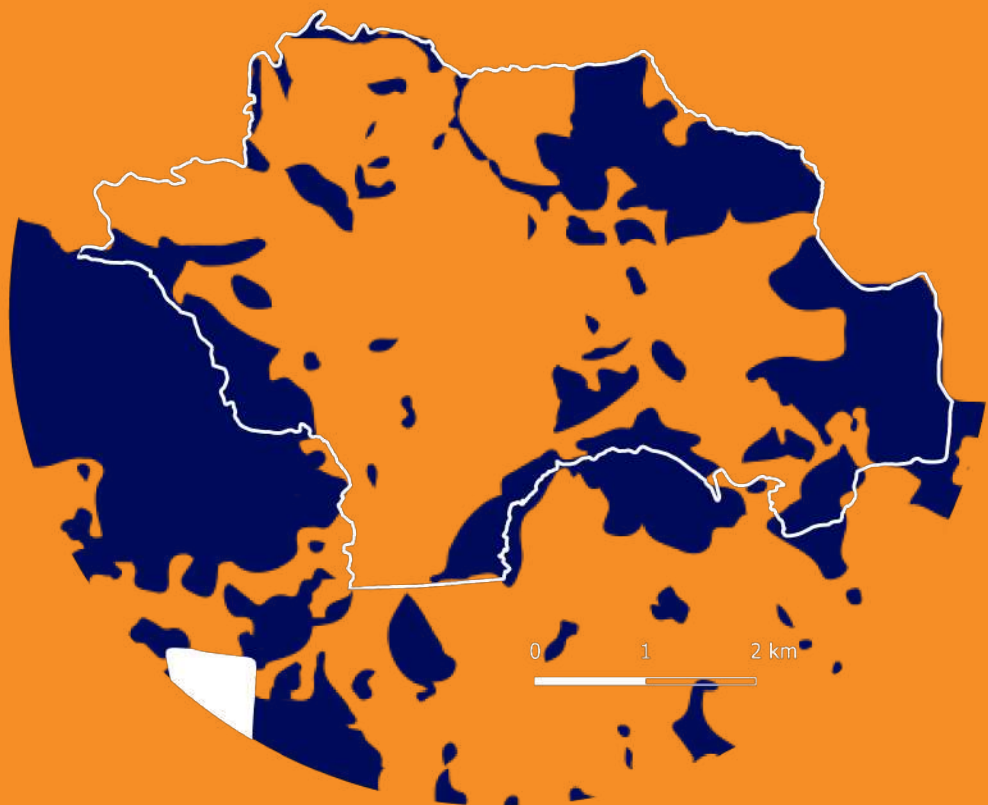
- 1,0 - 0,901
- 0,9 - 0,801
- 0,8 - 0,701
- 0,7 - 0,501

10km 20km

fonte: Índice de bem estar urbano, 2013



mapa 14:
remanescente mata atlântica + terra
indígena



- remanescente mata atlântica
- terra indígena - guarani
- | distrito Perus

fonte: Geosampa, 2020

mapa 15:
bacia hidrográfica + corpos d'água +
curvas de nível



- bacia hidrográfica
- ⊖ área proteção mananciais
- corpos d'água
- | distrito Perus

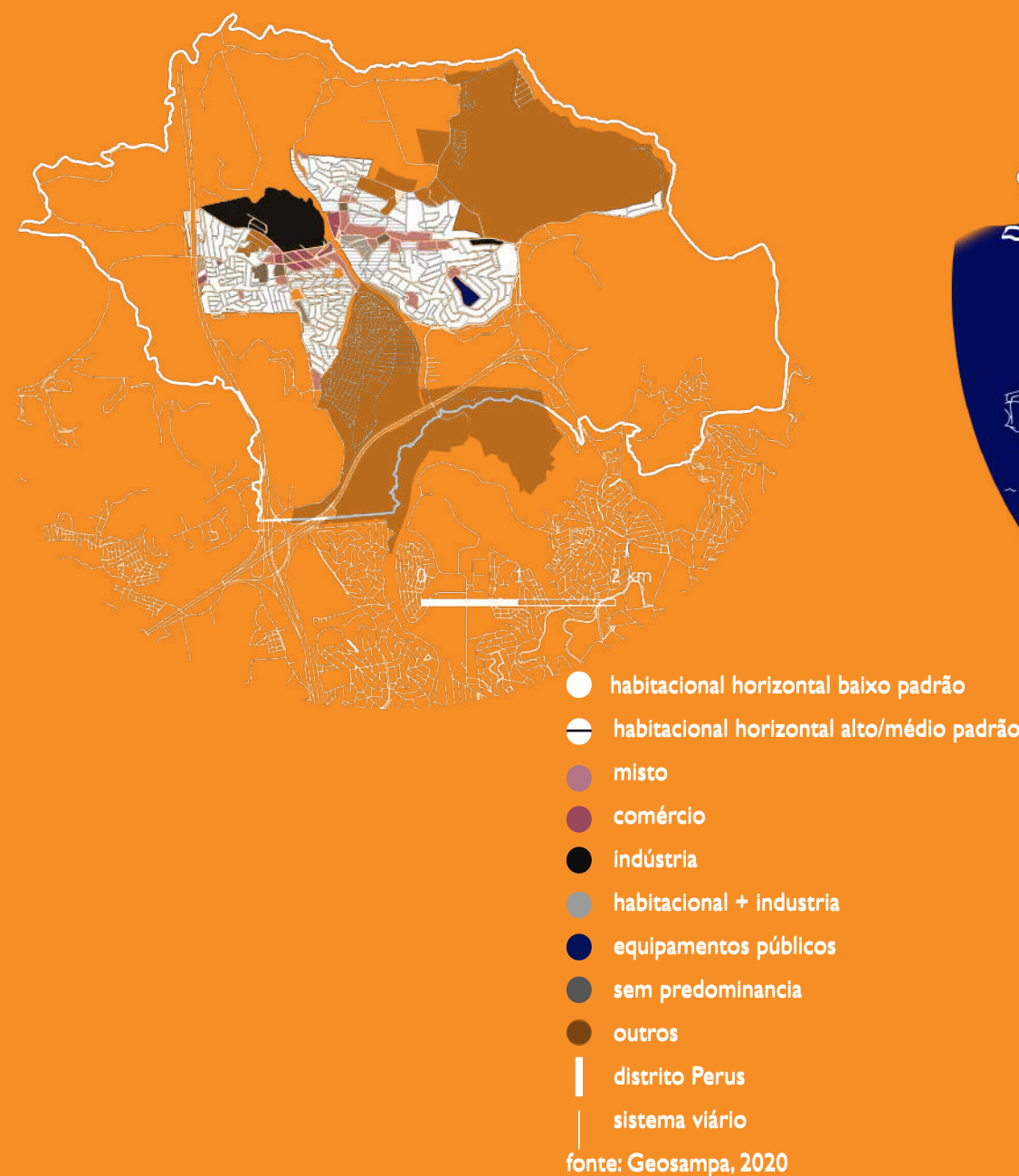
fonte: Geosampa, 2020

mapa 16:
riscos + limites



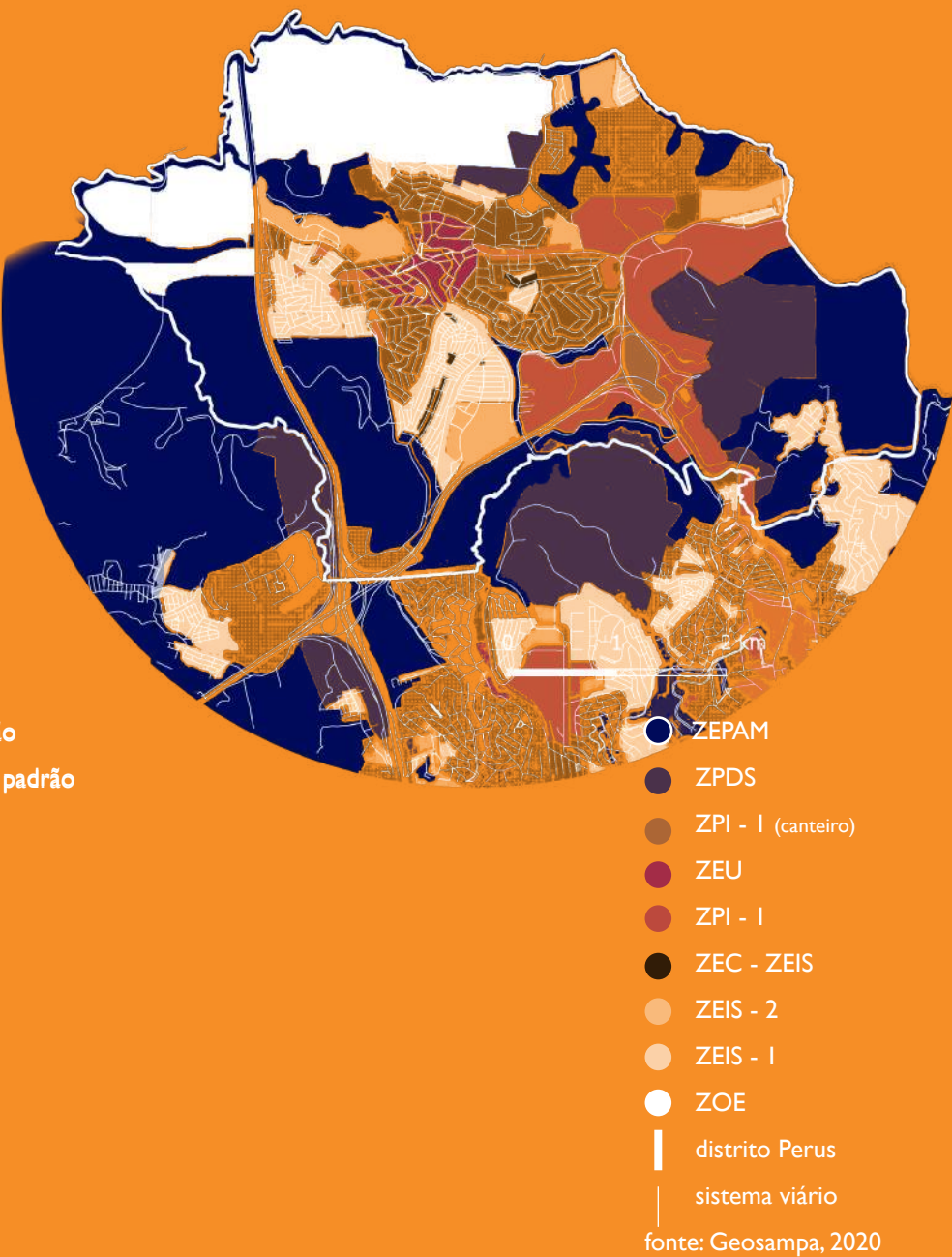
fonte: Geosampa, 2020

mapa 17:
uso e ocupação do solo



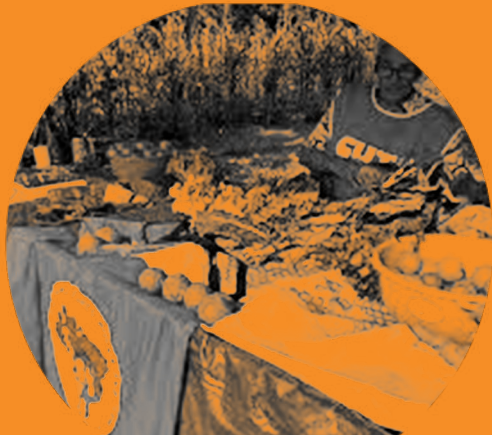
fonte: Geosampa, 2020

mapa 18:
Zoneamento – Lei 16.402/16



fonte: Geosampa, 2020

Museu Tekoa Jopo'í



01. Trilha Agroecológica Campo e Cidade Movimento Sem Terra (MST) :

Trilha de visitação ao 1  assentamento do MST da cidade de São Paulo, em que o visitante terá contato com as práticas agroecológicas e educação ambiental praticadas pela comunidade e acesso a sua história de resistência.

Local de visitação: Assentamento MST Irmã Alberta em Perus.



04. Trilha memória Queixada:

Preserva a memória de resistência e luta dos Queixadas, trabalhadores da 1  Fábrica de cimento do Brasil que realizaram uma greve que durou 7 anos e ficaram conhecidos como "Os Queixadas". A greve pacífica, baseada em ideias de Martin Luther King e Gandhi, e que envolve uma mobilização comunitária, marca o território simbolicamente a partir de uma disputa por direitos.

Local de visitação: Antiga Fábrica de Cimento Portland Perus.



02. Trilha Ferrovia Perus – Pirapora:

Trilha de Trem Maria Fumaça inaugurada em 1914. Seu trajeto até Pirapora nunca foi concluído. Os visitantes irão conhecer sua história e andar no Trem num percurso de 3km de Perus até o Instituto de ferrovia Perus-Pirapora, onde é possível visitar um museu de trens.

Local de visitação: Ferrovia Perus – Pirapora.



05. Trilha de Reapropriação e Ressignificação de Espaços Públicos:

Trilha que permite aos visitantes compreender os processos de ocupação cultural e revitalização dos espaços públicos. É importante destacar que os espaços visitados da Ocupação Casa do Hip Hop foram reconhecidos pela prefeitura após processos comunitários de ocupação desses espaços e produção de cultura.

Local de visitação: Comunidade Cultural Quilombaque, Ocupação Casa do Hip Hop, Ocupação Artística Canhoba e Biblioteca Padre José Anchieta.



06. Trilha Jaraguá   Guarani:

Trilha para compreender a presença secular dos povos guaranis no território. O Pico do Jaraguá é o ponto mais alto da cidade com altitude de 1.135m. Após uma vivência na aldeia indígena junto aos guaranis os visitantes fazem uma trilha até o Pico do Jaraguá.

Local de visitação: Pico do Jaraguá e Aldeia Guarani.



03: Trilha Ditadura Nunca Mais:

Trilha com objetivo de apoiar o trabalho de identificação das ossadas descobertas na vala clandestina do cemitério Dom Bosco. Os visitantes irão conhecer o cenário histórico da época e refletir sobre o regime militar ocorrido no Brasil (1964-1984). Local de visitação: Cemitério Dom Bosco em Perus.



04. Trilha Perusferia Grafite Galeria de Arte de Rua

A trilha percorre a história do Hip Hop e Grafite como arte e expressão de resistência através de diversas de Galerias de Rua espalhadas pelo território.

Visita de campo

72



73



A VEREUNDEIRA DESCE, O ÔNIBUS SAI
 DONA MARIA JÁ SE FOI, SÓ DEPOIS É QUE O
 DE MADRUGA QUE AS ARANHA DESCE
 E AMANTES OREGANITES VÃO PRO MUNDO

É O SOL SÓ VEM DEPOIS

O SOL SÓ VEM DEPOIS

É O ASTRO REI, OK, MAS VEM DEPOIS

O SOL SÓ VEM DEPOIS

ANUNCIADO NO LUSTRO DOS CÉUS, NO CANTAR POS GARCAS
 NA COLUNA DAS MÃES, QUE QUER O REBENTO LEO /

É DIZ "UBA O DOCUMENTO SAM"

NA SÃO PAULO DAS MANHÃ QUE TEM LÁ SEUS VIETNÃ
 (...)

~ ENCIARA





Proposta
Projetual

OSSAIM ESCUSA-SE A CORTAR ERVAS MALICIOSAS

OSSAIM ERA O NOME DE UM ESCRAVO QUE FOI VENDIDO A ORUNMILÁ.

UM DIA ELE FOI A FLORESTA E LÁ CONHECEU ANONÍ, QUE SABIA TUDO SOBRE PLANTAS.

ANONÍ, O GNOMO DE UMA PERNAÇÔ, FICOU AMIGO DE OSSAIM E ENSINOU-LHE TODO SEGREDO DAS ERVAS.

UM DIA, ORUNMILÁ, DESEJOSO DE FAZER UMA GRANDE PLANTACÃO, ORDENOU A OSSAIM QUE ROÇASSE O MATO DE SUAS TERRAS.

DIANTE DE UMA PLANTA QUE CURAVA DORES, OSSAIM EXCLAMAVA:

"ESTA NÃO PODE SER CORTADA, É A ERVA QUE CURA AS DORES".

DIANTE DE UMA PLANTA QUE CURAVA HEMORRÓIAS, DIZIA:

"ESTA ESTANCA O SANGUE, NÃO DEVE SER CORTADA".

EM FRENTE DE UMA PLANTA QUE CURAVA FEBRE, DIZIA: "ESTA TAMBÉM NÃO PORQUE REFRESCA O CORPO." E ASSIM POR PLANTE.

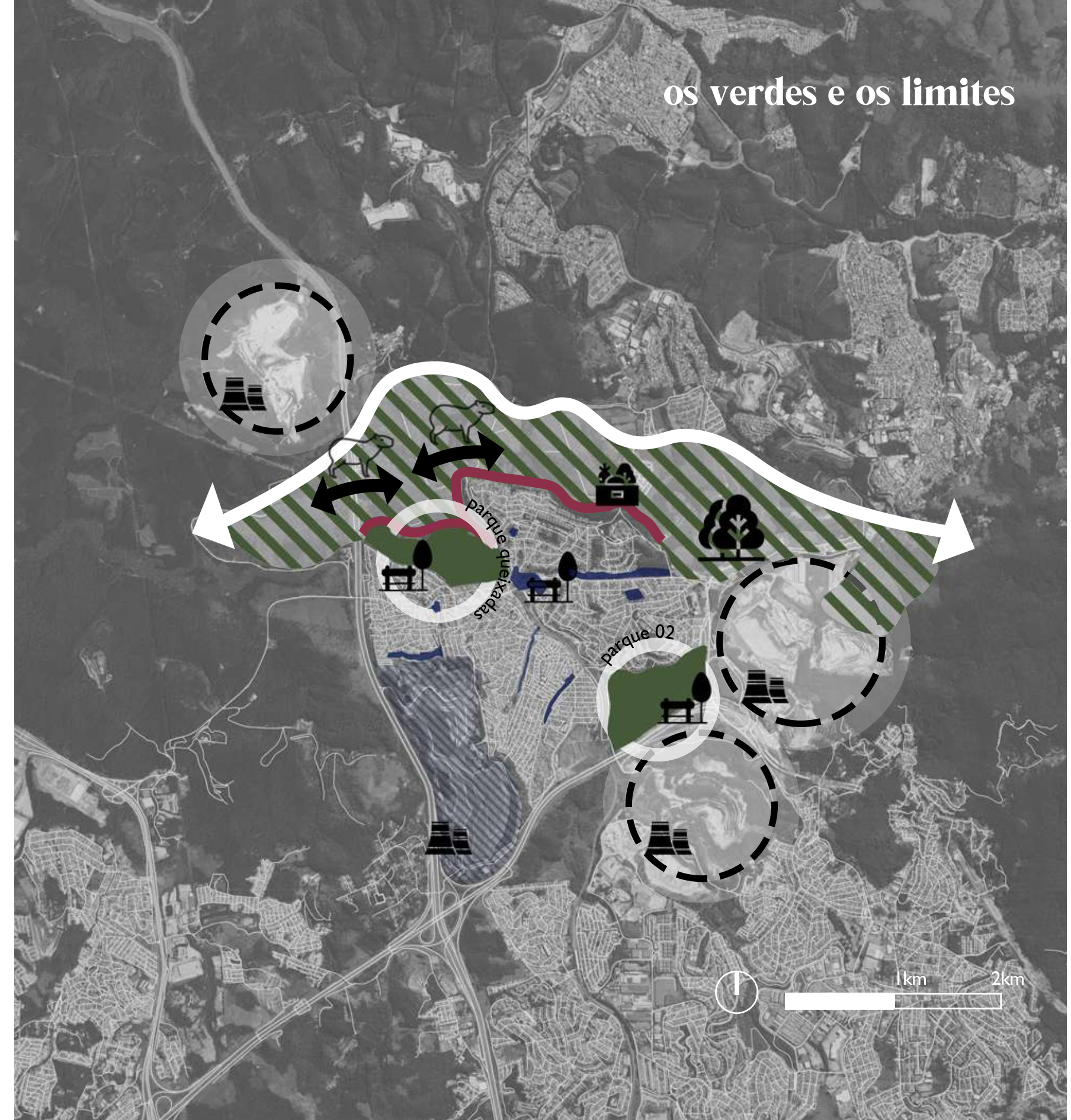
ORUNMILÁ, QUE ERA UM BABALÃO MUITO PROCURADO POR DOENTES, INTERESSOU-SE ENTÃO PELO PODER CURATIVO DAS PLANTAS E ORDENOU QUE OSSAIM FICASSE JUNTO DELES NOS MOMENTOS DE LAXEIRA, QUE O AJUDASSE A CURAR OS ENFERMOS COM O USO DE ERVAS MALICIOSAS.

E ASSIM OSSAIM AJUDAVA ORUNMILÁ A REESTABELECER

E ACABOU SENDO CONHECIDO PELO GRANDE MÉDICO QUE É.

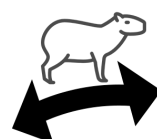
* retirado de - Mitologia dos Orixás - Reginaldo Prandi

os verdes e os limites





Foi proposto um corredor ecológico visando a recuperação e manutenção da mata local, em concordância com o Plano Municipal da Mata Atlântica, e realizando uma ligação entre duas áreas adjacentes com maiores reservas do bioma. Ressalto também a proximidade com área de proteção à mananciais. A proposta também corrobora com o turismo de base comunitária ou turismo de resistência, existente no local, com acesso controlado;



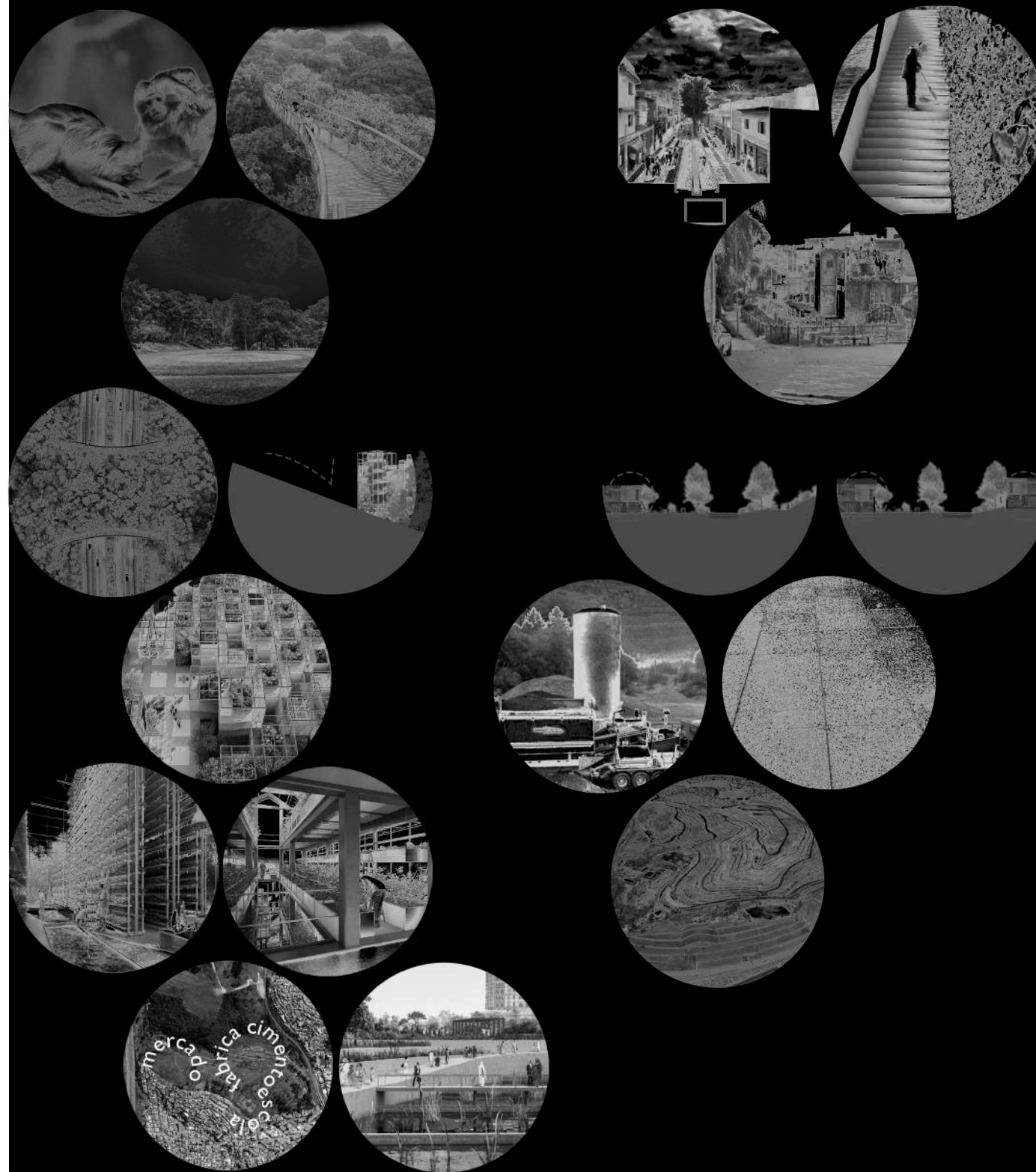
Inseridas no corredor ecológico, existem duas passagens de fauna para vencer a fragmentação do território por uma série de rodovias e trilho de trem presentes no local;



Nas bordas do corredor foi alocado uma megraestrutura destinada a produção agroecológica, pensando também a materialidade dessa construção enquanto limite que restringe o acesso ao corredor ecológico. Ela se inspira na experiência próxima de produção urbana realizada pelo Movimento dos Sem Terra (MST);



Foram alocados dois parques nas bordas do território. Tais parques organizam o território da perspectiva física, com aspectos de drenagem por exemplo, mas também abarcam diversos equipamentos que visam promover o acesso a oportunidades. O parque Queixadas já havia sido pautado pela população local, hoje ele aloca a desativada Fabrica de Cimento Portland e uma escola, sendo proposto também um mercado local por conta da proximidade com a produção agroecológica e com a rodovia. O Segundo parque deve alocar a delegacia ambiental da Zona Norte, equipamento indicado no Plano Municipal da Mata Atlântica ;

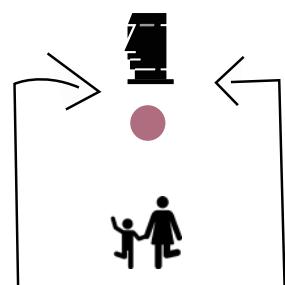


Ademais, foram propostos outros espaços verdes, de outras escalas, objetivando o acesso ao verde de forma rotineira e ao espaço público qualificado. Há um destaque na conformação dessas áreas para sua relação com a hidrografia local, promovendo também a relação com os corpos d'água. Esses espaços buscam ainda possibilitar outras relações com a natureza, como ela enquanto sagrado. Esses espaços abarcam duas relações, a partir de sua configuração que chamei de praça e praça quintal, na qual a praça possui uma relação mais direta com a rua, enquanto a praça quintal se encontra entre casas, e se desenvolverá a partir de infraestrutura já existente.

Foram observadas algumas pedreiras bem próximas, exemplificando a discussão do racismo ambiental. Inicialmente foi pensada a proposta de remoção, mas essa ideia foi revista a partir de estudos que indicam que os locais onde são alocadas essas atividades, muitas vezes, trazem uma ocupação habitacional informal por conta do acesso à infraestrutura necessárias para a atividade, como energia e mobilidade. Nesse sentido, entendi como mais prudente alterar o uso das pedreiras para Usinas de Reciclagem de Resíduos Asfálticos e de Construção Civil, encerrando as atividades de extração

Aterro Bandeirantes desativado, onde há a captação do gás metado, gerenciado por uma empresa privada que em acordo com a Prefeitura de São Paulo o comercializa como crédito de carbono e também gera energia elétrica através de usina termelétrica.

*referências: Passarela pelas Copas das Árvores Centenárias de Kirstenbosch - Mark Thomas Architects; ReGen Villages - EFFEKT; 'a thousand yards' - botanical pavilion for the 2019 international horticultural expo in beijing - penda architecture & design; ilimelgo's vertical farm introduces urban agriculture in grand paris - ilimelgo and atelier secousses; Niamey Nyala Masterplan - Kéré Architecture; projeto urbano córrego do antonico - MMBB;



Os caminhos de encruzilhada são um sistema viário estruturado para acesso apenas de pedestre e ciclista, os quais ligam os pontos do Museu Tekoa Jopo'í e as escolas locais aos parques propostos.

A partir do olhar para experiências como o próprio Museu Tekoa Jopo'í, o trabalho do coletivo cartografias negras, os modelos de escola parque de Anísio Teixeira, os territórios Céu, foram propostos esses trajetos. Tal dinâmica não só qualifica a circulação de pedestres, promove os “olhos da rua” de Jane Jacobs pulverizando pequenos comércios, mas também busca facilitar uma identificação territorial e de raça a partir da relação com os pontos urbanos, colocando o corpo enquanto foco, como na pedagogia da encruzilhada;



Além disso, o projeto buscou qualificar os instrumentos de mobilidade existentes, propondo um terminal de ônibus integrado ao terminal da CPTM, visando incentivar o uso do transporte público, assim como o transporte ativo. Esse equipamento está inserido na praça de vadiagem, que também contará com um equipamento de ensino superior e uma sede de apoio ao Museu Tekoa Jopo'í. O equipamento de ensino superior tem valor simbólico e real de ascensão da população preta local;



Alguns trechos contam com passagens em passarela para superar a fragmentação territorial promovida pela linha do trem. Tais passarelas são largas e contam com pequenos comércios, como nos caminhos de encruzilhada;

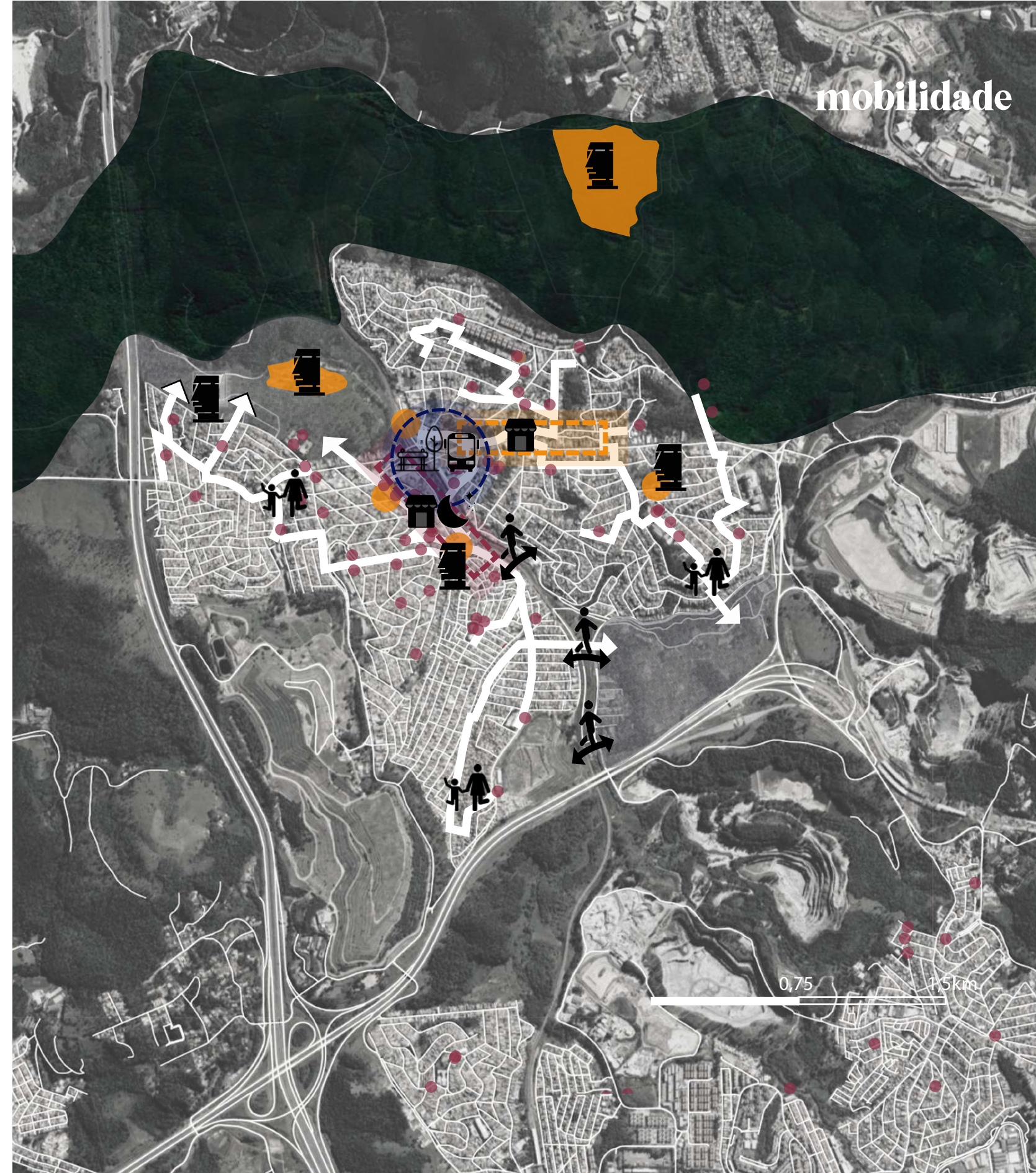


Foi proposto uma mudança de caráter da rua existente, com diversos comércios direcionados ao carro, para uma extensão do modelo comercial já existente próximo à estação de trem, fortalecendo o eixo comercial horizontal.



A rua indicada possui grande fluxo por conta da proximidade com a saída do trem, ela deve contar com incentivo ao comércio noturno, proporcionando mais “olhos na rua” em horários variados e assim mais segurança.

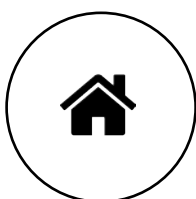
mobilidade



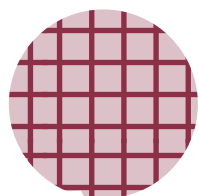
Nessa perspectiva, a pedagogia encarnada por suas potências se lança como invenção poética/política que reivindica e revela o fenômeno educativo enquanto uma ética. Nessa perspectiva, Exu emerge como disponibilidade conceitual para pensar a radicalidade dos seres, suas cognições e subjetividades, a partir de outros referenciais transgredindo a noção simplista do fazer pedagógico como um mero modelo metodológico. A Pedagogia das Encruzilhadas mira primeiramente a reinvenção dos seres, a partir dos cacos desmantelados, o reposicionamento das memórias e a justiça cognitiva diante do trauma e das ações de violência produzidas pelo colonialismo (Rufino, 2018, p.73).



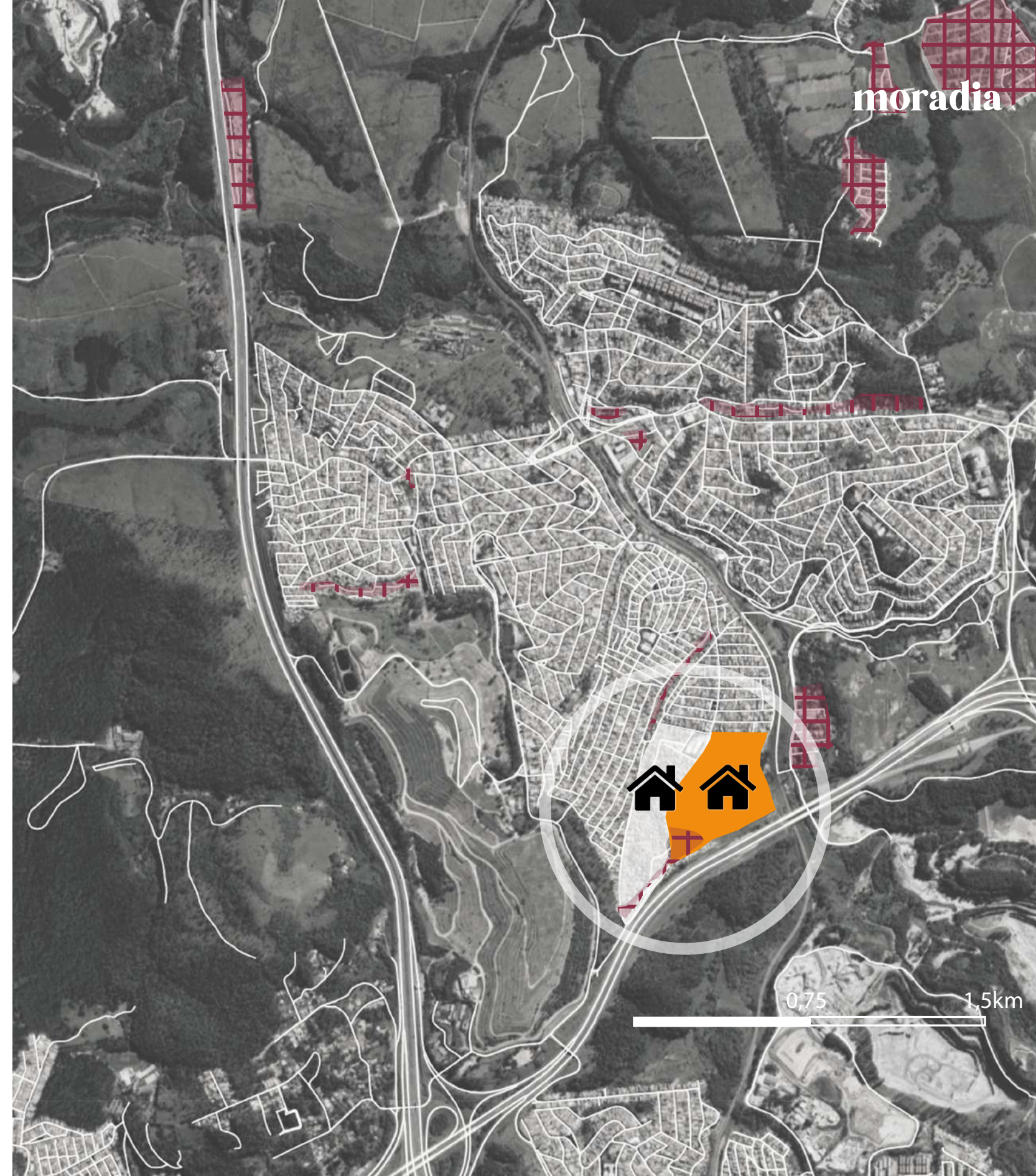
A dimensão do pedestre também aparece no recorte espacial escolhido para o desenvolvimento de uma proposta urbana em escala maior, direcionado a realocação de pessoas removidas pelo próprio projeto. Com um foco no corpo buscou-se priorizar o transporte ativo, a pé e de bicicleta, como forma de promover a identidade local. As habitações, construídas em núcleos, se inspiram em habitações populares dos povos Banto, recuperando lógicas ancestrais na busca de novas arquiteturas e lógicas de ocupação. Penso essa área também como um Termo Territorial Coletivo (TTC) como estratégia de organização e limitação da especulação imobiliária.



O recorte que incorpora as habitações mais precárias deve abrigar um processo de melhoramento das vias públicas, análises e correções para segurança geológica, assim como de melhorias habitacionais. Utilizando o estudo de Coelho (2017) para o território de Diadema, são propostos no âmbito habitacional foco na salubridade, em especial questões relacionadas a ventilação e iluminação, assim como um olhar para a segurança, por conta da inadequação de instalações elétricas, esquadrias, escadas e guarda-corpos.



Os locais que sofreram remoções estão associados a riscos geológicos (R1, R2, R3) e por conta dos espaços públicos realizados no âmbito do projeto.



moradia

0.75 1.5km

PODEM ME PRENDER

PODEM ME BATER

PODEM ATÉ DEIXAR -ME SEM COMER

QUE EU NÃO MUDO DE OPINIÃO

DAQUI DO MORRO

EU NÃO SAIO, NÃO

SE NÃO TEM ÁGUA

EU FAÇO UM POÇO

SE NÃO TEM CARNE

EU COMPRO UM OSSO

E PONTO NA SORA

E DEIXA ANDAR

FALE DE MIM QUEM QUISER FALAR

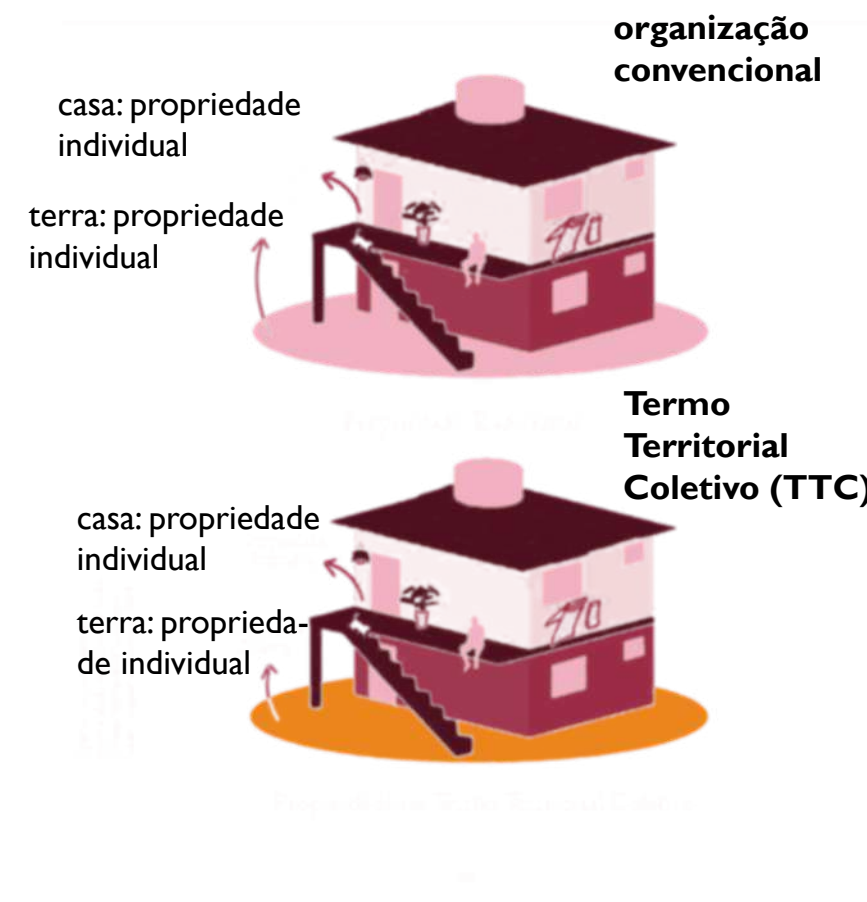
DEU EU NÃO PAGO ALUGUEL

SE EU MORRER AMANHÃ, SEU POUTOR

ESTOU PERTINHO DO CÉU

Termo Territorial Coletivo

“É um modelo de organização social baseado na conjugação entre a gestão coletiva da terra e a liberdade individual dos moradores. Sua principal característica é a separação entre a propriedade da terra e das construções: a terra pertence à comunidade como um todo enquanto as construções são dos moradores individualmente. O principal objetivo é fortalecer a comunidade e garantir sua permanência, obtendo habitações a preços acessíveis de forma permanente.” (Com-Cat., 2021)



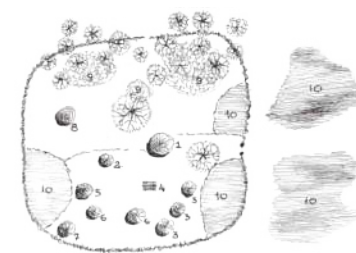
Enfatizo a diferença entre quilombo e gueto. Aprofundo aqui um pensamento de Mirian Alves, quando a poetisa afro-brasileira diz que enquanto gueto supõe impotência, quilombo traz em si a ideia de resistência, de organização. Podemos pensar o quilombo como um espaço de vivência marcado pelo enfrentamento, pela audácia de contradizer, pelo risco de contraviver o sistema. O quilombo não garantia ao escravo a liberdade. Era escravo e escravo fugido redobrando assim a sua exclusão social. (Evaristo, 2013)

Bebo das referências de construções habitacionais populares de povos da África que vieram para o Brasil, principalmente os povos Banto, para me alimentar de outras formas de pensar a arquitetura. É importante destacar que os modelos de construção africano deixaram sua herança em todo o território nacional, mesmo que não sejam largamente reconhecidos (Weimer, 2020).

Analiso então as cubatas, que seriam as construções mono funcionais. O conjunto de cubatas formavam a epata, que era efetivamente a moradia. A habitação era vivida então de forma dispersa no território. Weiner (2020, p.293-294) nos explica um pouco sobre as cubatas:

A tipologia mais comum das construções dos bantos era a de cone-sobre-cilindros ou semiesfera-sobre-cilindro. O piso era majoritariamente de chão batido. O material de construção mais comum era o barro (BARDOU; ARZOUUMANIAN, 1979). A técnica de construção preferencial era a taipa, que consistia na preparação de uma “rede” de galhos entrelaçados e/ou amarrados que servia de sustentação do barro devidamente preparado que era aplicado pelos dois lados. A par desta construção era montada a cobertura junto ao canteiro e consistia de uma armação de galhos encaixados e/ou amarrados sobre a qual era afixada uma camada de capim. Depois que as paredes tinham secado, a cobertura era fixada sobre as mesmas.

Assim, utilizo essa referência como exercício de pensar outras arquiteturas para novos modelos urbanos, entendendo também que seu resultado arquitetônico tem um caráter educacional para construção da cidade e vivência de seus habitantes.





implantação

O projeto buscou explorar a lógica já anunciada na escala do bairro de estímulo ao transporte ativo, então o recorte conta com um sistema viário que prioriza o pedestre e o ciclista com mais espaço, sendo possível ainda a circulação de carros e ônibus. Além disso, o trecho conta com edifícios garagem próximos de suas entradas para estimular que moradores e visitantes circulem a pé dentro o perímetro. Há também alguns trechos apenas para pedestre e ciclista, a fim de diminuir as distâncias circuladas. Vale destacar também que a inclinação do sistema viário é de no máximo 10%.

A respeito das habitações, elas foram divididas em núcleos, inspirados nas epatas, que com habitações unifamiliares. Tais núcleos buscam promover a vivência comunitária em seus espaços. Os núcleos também são divididos em altura.

Ademais, as ruas de circulação padrão possuem comercios associados a um pergolado, e as ruas de pedestre e ciclista possuem pequenos comercios ou quiosques, como as ruas dos caminhos de encruzilhada. A disseminação de comercios também se associa ao fato de pensar Perus como centralidade, promovendo mais empregos e diminuindo assim a necessidade de fluxo para outras áreas da cidade, como nos explicou Villaça (2011).

O espaço também conta com praças que possibilitam a relação dos cidadãos com os corpos d'água e uma praça maior, que conta com um núcleo comunitário e uma passagem em passarela, como as outras distribuídas no bairro, que liga o perímetro com o parque, sobrepondo a linha do trem.

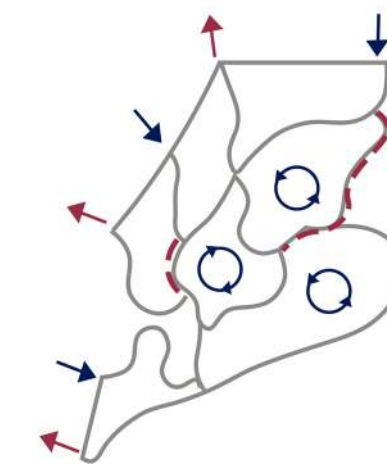
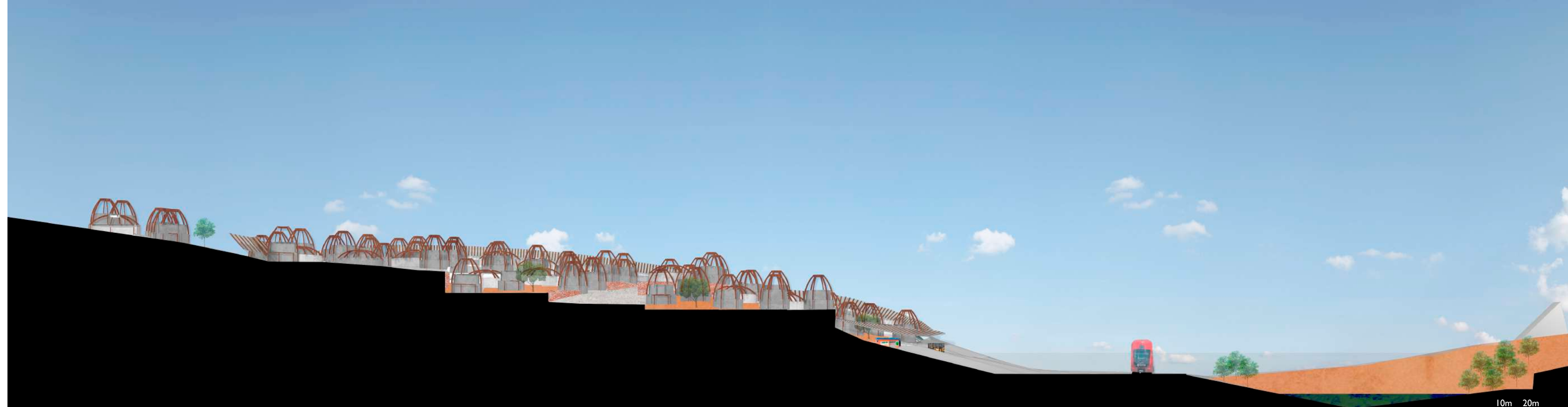


diagrama circulação de carro



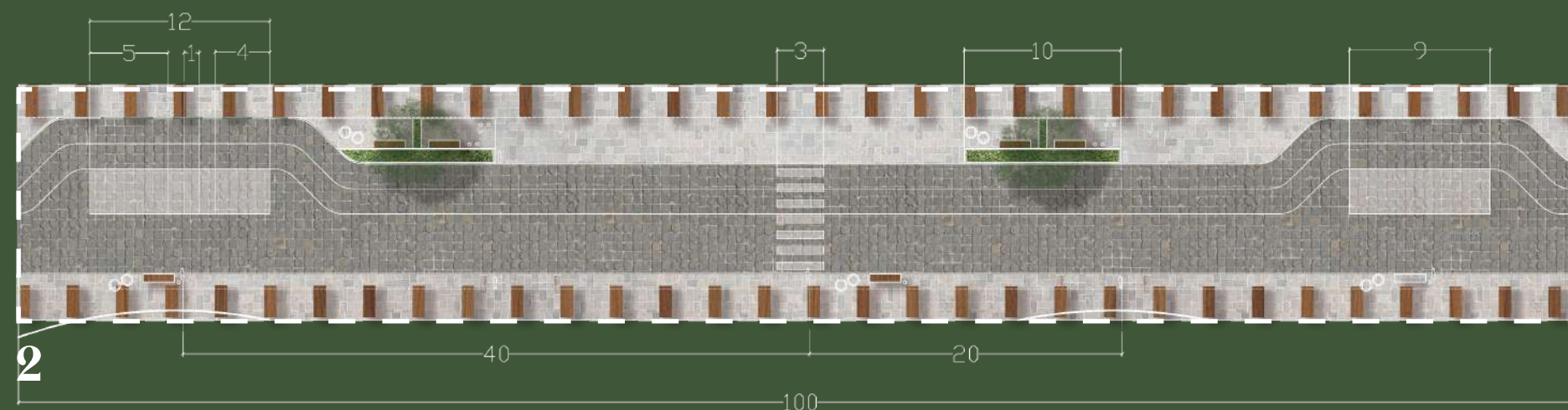
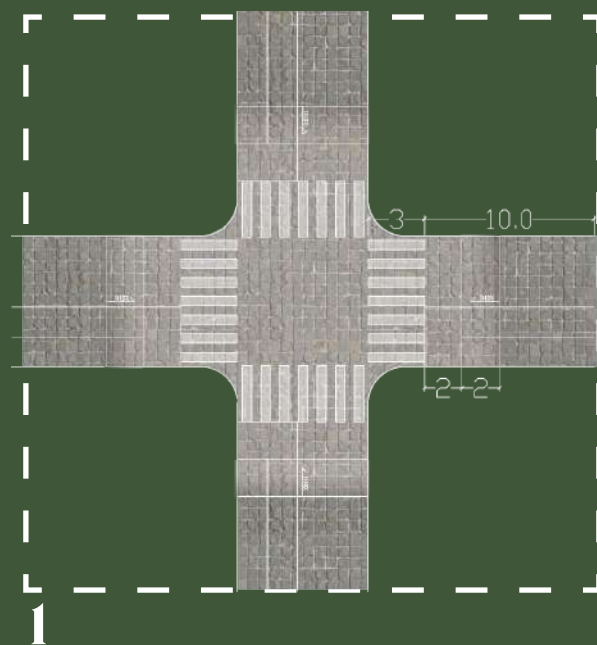
diagrama circulação de pedestre



É possível observar no corte urbano os níveis nos quais são inseridos os núcleos, configurados como platôs ou inclinação mais amenas que o terreno original. O corte também destaca a inclinação natural, coerente com a proximidade do corpo d'água, assim como a proximidade com a linha do trem. Ademais os cortes das ruas indicam as divisões e o espaço dado a pedestres e ciclistas.



a rua

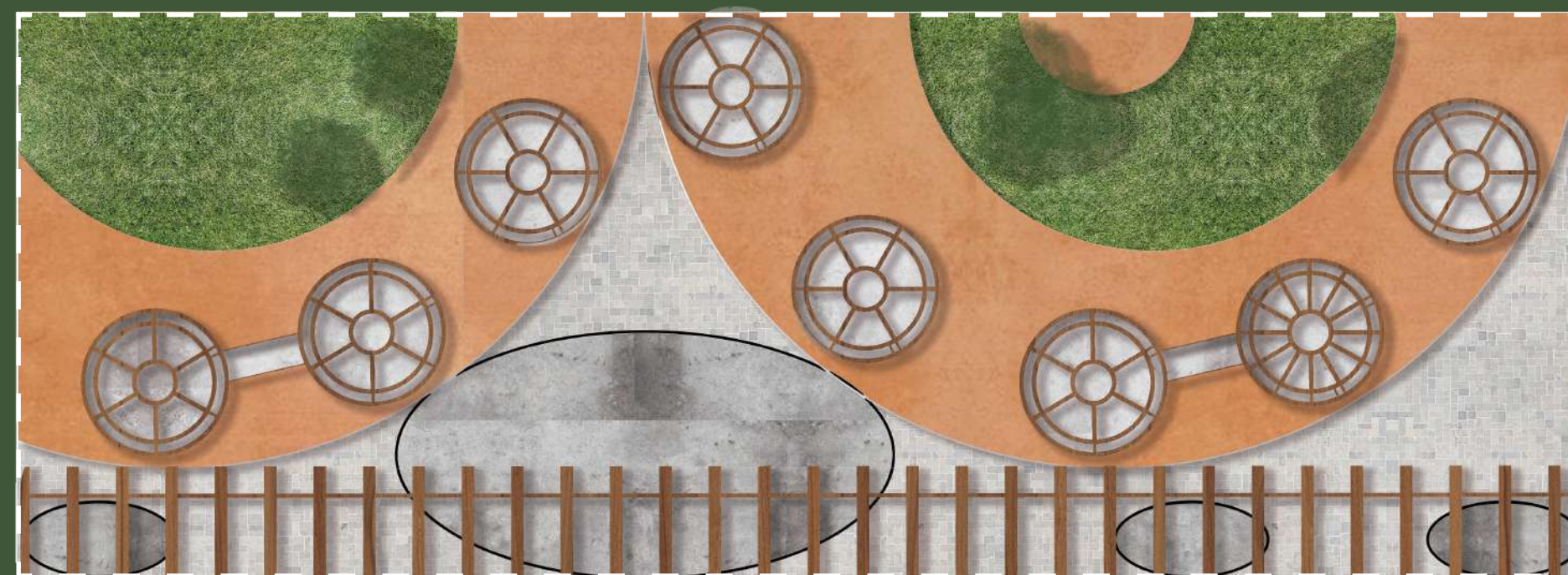


01: As intersecções obtiveram uma atenção especial, as ruas se encontram a 90° para facilitar a visualização dos transeuntes, principalmente de ciclistas. O raio das esquinas é de dois metros para que o diminua a velocidade e promova mais segurança para todos. Ademais, as intersecções são elevadas também por conta da velocidade dos carros, assim como para a facilidade de circulação do pedestre.

02: A rua utiliza lajota ecológica, produzida nas Usinas de reciclagem propostas no projeto. O trecho de 100 metros exemplifica os componentes da rua nesse intervalo de espaço. São distribuídas algumas vagas de carro, moto e bicicleta, assim como vagas de carga e descarga, importante por conta das atividades comerciais. Ademais, há a distribuição de espaços de estar, onde estão alocadas as árvores, além de jardins de chuva para auxiliar na drenagem. Ademais, o mobiliário conta com bancos, lixeiras, bebedouros e pontos de wifi públicos. As faixas de pedestre também são distribuídas pensando no menor trajeto do pedestre.

03: A distribuição dos núcleos habitacionais em platos circulares permite a alocação de alguns comércios ou equipamentos maiores com a possibilidade de espaços privados ao ar livre.

3

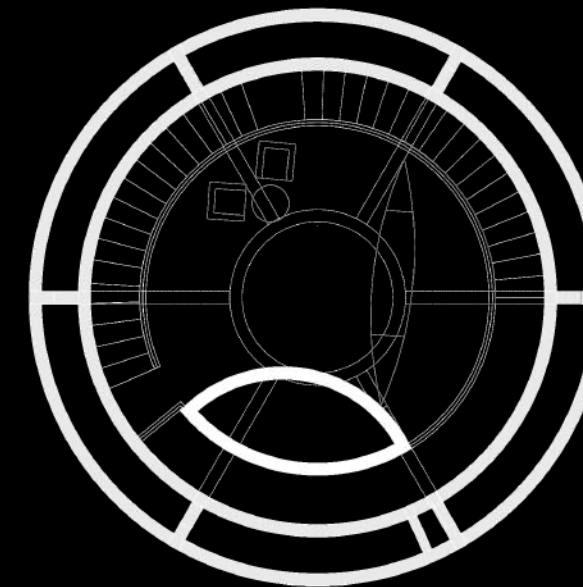
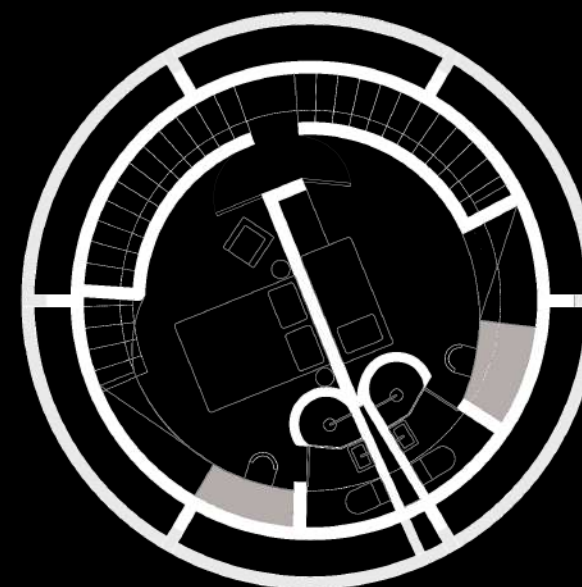
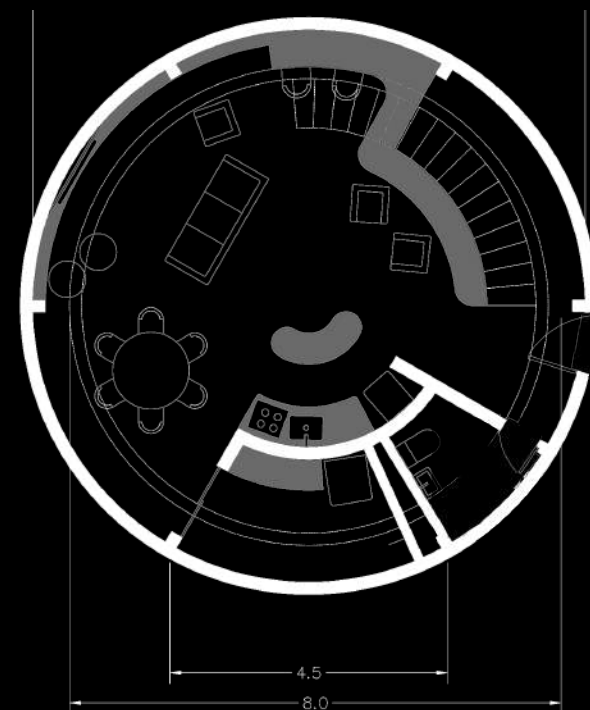


a casa

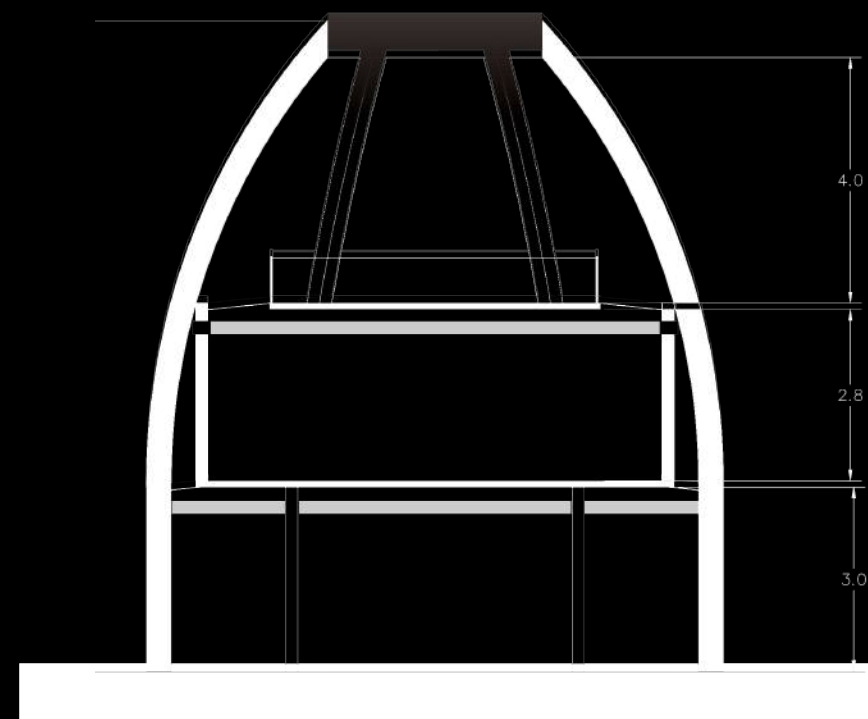
As habitações foram propostas com uma forma que remete a arquitetura dos Bantos, mas ela possui estrutura de madeira laminada colada, para possibilitar o desenho, e com fechamentos em alvenaria aparente e concreto aparente. O material foi escolhido para trazer familiaridade as construções existente, entendendo que o bairro também possui uma rekalção histórica com a Fabrica de cimento Portland.

As habitações foram organizadas em quatro tipos: padrão verticalizada, padrão verticalizado expandido, padrão horizontal e padrão horizontal estendida. As versões estendidas são propostas para abarcar grandes famílias com mais de um núcleo, adensamento existente na região, e a versão horizontal deve suprir melhor as necessidades de pessoas com mobilidade limitada, como idosos ou pessoas com deficiência.

A planta exemplificada aqui se trata do tipo padrão verticalizado, que possui sua distribuição feita de maneira radial, na qual o terreo aloca as áreas comuns, que são sala, cozinha e sala de jantar, espaço para estudos, lavabo e área de serviços. O segundo pavimento aloca duas suítes e o último uma laje para lazer. Como um todo, a habitação possui cerca de 115m².



1m 2m





Referencias

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 36/37, p. 83-88, 2007.

ALMEIDA, Silvio de. O que é racismo estrutural? Editora Letramento, 2018

BULLARD, Robert. Robert Bullard: ‘Environmental justice isn’t just slang, it’s real’. The Guardian: 20 dec. 2018. Entrevista concedida a Oliver Milman. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/dec/20/robert-bullard-interview-environmental-justice-civil-rights-movement>>. Acesso em: 31 de maio 2020.

BULLARD, Robert D. Race and Environmental Justice in the United States. Yale Journal of International Law, Vol. 18:319, 1993.

BULLARD, Robert. African Americans Need a Strong and Independent Federal EPA. Opednews: 21 jan. 2017. Disponível em: <https://www.opednews.com/articles/African-Americans-Need-a-S-by-Robert-Bullard-African-Americans_Black-History-Month_Civil-Rights-Violations_Climate-170221-71.html>. Acesso em: 31 de maio 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que importam, os limites discursivos do sexo., 2019

CAMPOS, Andreino de Oliveira. O PLANEJAMENTO URBANO E A “INVISIBILIDADE” DOS AFRODESCENDENTES Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, UFRJ, 2006.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no brasil. Revista da ABPN, 2019.

D’ANDREA, TIARAJU. CONTRIBUIÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS PERIFERIA E SUJEITAS E SUJEITOS PERIFÉRICOS. Novos estudos CEBRAP [online]. 2020, v. 39, n. 1 [Acessado 5 Dezembro 2021], pp. 19-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>>. Epub 10 Jun 2020. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>.

DO NASCIMENTO, Débora Fernandes. O Prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899 - 1911). In: ENANPUR, XVIII, 2019, Natal. Anais eletrônicos, Natal, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais-sts/#>> Acesso em: 23 de agosto 2020.

DOS SANTOS, Renato Emerson. Questões Urbanas e Racismo. DP et Alii Editora Ltda. PETROPOLIS, 2012.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. 2013

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Editora civilização brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1968.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FRANÇA, Danilo. Raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

GARCIA, Walter. Um mapa das relações entre o rap das periferias de São Paulo e o samba. Rev.

Inst. Estud. Bras., São Paulo , n. 70, p. 208-229, Aug. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742018000200208&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Aug. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i70p208-229>.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Editora Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro, 1982

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001

HALL, Stuart. A questão multicultural [2000]. In Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003. p. 49-93.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana. Martins Fontes. São Paulo, 2014. (p. 27-67)

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. Editora Boitempo. São Paulo, 2016.

_LIRA, José Tavares Correia de. 1999. O urbanismo e seu outro: Raça, cultura e cidade no Brasil (1920 1945). In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 1, pp. 47-78. 1999

_MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. ANTÍGONA EDITORES REFRACTÁRIOS. Lisboa, 2014.

PATERNIANI, Stella Zagatto. DA BRANQUIDADE DO ESTADO NA OCUPAÇÃO DA CIDADE. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 31, n. 91, e319109, 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200509&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Aug. 2020. Epub July 04, 2016. <https://doi.org/10.17666/319109/2016>.

PATERNIANI, Stella Zagatto. São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2019.

PEREIRA, Amílcar Araujo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara Cristine Silva de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo , n. 75, p. 162-183, Apr. 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742020000100162&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Aug. 2020. Epub May 15, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i75p162-183>.

Projeto Cartografia Negra revela histórias de locais e personagens que São Paulo tenta apaga. Rede Brasil atual, São Paulo, 24 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/11/projeto-cartografia-negra-revela-historias-de-locais-e-personagens-que-sao-paulo-tenta-apagar/>> Acesso em 23 de agosto de 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: A crise da razão. Organizador: Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei, legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo.

Livraria Nobel S.A.. São Paulo, 1997.

ROLNIK, Raquel. O ESTATUTO E AS LUTAS – MAIS DO QUE NUNCA NECESSÁRIAS – PELO DIREITO A CIDADE - raquel rolnik 288-293 in: FERNANDES, Edesio (Org.). 20 ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE: Experiências e reflexõesGaia Cultura, 2021.

ROLNIK, R. . Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). Metrópole e Globalização-Conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora CEDESP, 1999

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Revista de Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, n. 17, p.1-17, set. 1989. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019

RUFINO, Luiz. PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS. Revista Periferia, uma publicação eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – PPGEC/UERJ. 2018

SANDEVILLE JÚNIOR, Euler; FERNANDES, Gabriel de Andrade; BORTOTO, Regina Célia Soares. Universidade livre e colaborativa em Perus: uma experiência didático-pedagógica de aprendizagem colaborativa. In:Arquitectura y calidad socioambiental en ciudades del Cono Sur. Organização: Luis Muller e Maria Lucia Refinetti Martins. (Org.). São Paulo; Buenos Aires: FAU USP (Brasil) e FADU UNL (Argentina), 2016, v. , p. 135-147.

SQUIRES, Gregory D.; KUBRIN, Charis E. Privileged Places: Race, Uneven Development and the Geography of Opportunity in Urban America. Urban Studies, Vol. 42, No. 1, 47 – 68, 2005

WEIMER, Gunter.Arquitetura popular afro-brasileira. Em Questão,Porto Alegre,v.26,p.291-316,Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, 2020 doi: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245260.291-316>